

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

MONOGRAFIA

**“Metodologias participativas na construção de
planos de desenvolvimento local”**

GILMAR FRANCISCO VIONE

2002

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA CONSTRUÇÃO DE
PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

GILMAR FRANCISCO VIONE

Sob a Orientação da Professora
Julia S. Guivant

Monografia submetida como requisito
parcial para obtenção do diploma de
Pós-graduação Lato Sensu em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Seropédica, RJ
Novembro de 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE

GILMAR FRANCISCO VIONE

Monografia submetida ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do diploma de Pós-graduação Lato Sensu em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

MONOGRAFIA APROVADA EM ----/----/-----

Julia S. Guivant (Dr^a) CPDA/UFRRJ
(Orientadora)

Nelson Giordano Delgado (Ph.D.) CPDA/UFRRJ

Silvana de Paula (Ph.D.) CPDA/UFRRJ

Nora Beatriz Presno Amodeo (Ph.D.) REDCAPA

SUMÁRIO

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA CONSTRUÇÃO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Apresentação	p. 1
Capítulo 1 – Contextualização do debate sobre metodologias participativas	2
1.1 - Modernização e crise da agricultura na região Noroeste do RS.....	7
1.2 - A busca de alternativas para a crise	9
Capítulo 2 – Construindo alternativas: a busca da participação popular na construção de políticas públicas	10
Capítulo 3 - O desafio da extensão rural: do difusionismo à extensão rural agroecológica	13
Capítulo 4 - Os limites das metodologias participativas	20
Capítulo 5 – Metodologia utilizada	25
Capítulo 6 – Considerações finais	26
Referências bibliográficas	27
Apêndices	32

RESUMO

VIONE, Gilmar Francisco. **Metodologias participativas na construção de planos de desenvolvimento local**. Seropédica: UFRRJ, 2002. 42 p. (Monografia, Pós-graduação Lato Sensu em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

Este trabalho foi realizado no município de Doutor Maurício Cardoso, região de Santa Rosa, noroeste do RS, com agricultores e agricultoras familiares das comunidades de Esquina Londero e Esquina Mandurim, e com extensionistas rurais da EMATER/RS-ASCAR, além de depoimentos de pessoas de diversas regiões do estado. O objetivo do trabalho foi avaliar a utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativos de comunidades rurais na construção de planos de desenvolvimento local, além dos impactos e resultados decorrentes destas metodologias sobre os aspectos de sustentabilidade econômica, social, cultural, ambiental e política das comunidades. Para isso, utilizamos entrevistas semi-estruturadas, reuniões e seminários, além de material produzido pelas pessoas das comunidades no processo de diagnóstico e planejamento, tais como: mapas, matrizes, diagramas e fluxogramas. A extensão rural do RS está envolvida ativamente no processo de transição em que a sociedade brasileira e mundial encontra-se atualmente. E, como todo processo social não está isento de conflitos, existem também diferentes visões sobre extensão rural, onde se encontra desde o enfoque difusionista da Revolução Verde, passando pelo enfoque do “agricultor em primeiro lugar”, até a postura de promoção de relações mais dialógicas e horizontalizadas de participação, com a simbiose dos saberes locais e dos saberes científicos. Os resultados desta avaliação permitem visualizar situações de mobilização das comunidades rurais para processos participativos de construção de planos de desenvolvimento local, com bons indicadores de busca da sustentabilidade, refletidos nos desejos apontados no processo de diagnóstico e planejamento, além dos resultados já percebidos nas comunidades. Também deve-se dizer que as metodologias participativas não devem ser entendidas como um fim em si mesmas, mas como ferramentas de promoção de processos de participação e empoderamento das pessoas, visando a construção e a conquista de capital social para a transformação da sociedade, superando o atual cenário de exclusão social e degradação ambiental, para construir processos sustentáveis de melhoria da qualidade de vida.

Palavras chave: Participação, ferramentas metodológicas, empoderamento.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho refere-se a experiências de diagnóstico e planejamento participativos nas comunidades rurais de Esquina Londero e Esquina Mandurim, no município de Doutor Maurício Cardoso, região da Fronteira Noroeste do RS. O tema aborda o uso de metodologias participativas por extensionistas rurais da EMATER-RS/ASCAR e por agricultores familiares, como ferramentas de compreensão e análise da realidade local, visando a construção de planos de desenvolvimento local e o empoderamento¹ para a proposição participativa de políticas públicas.

O uso de metodologias participativas está sendo utilizado em quarenta e cinco municípios da região da EMATER-RS/ASCAR de Santa Rosa, município pólo na região da Fronteira Noroeste do RS. Este trabalho vêm sendo realizado desde 1998 na região, com maior abrangência e repercussão a partir de 1999, com a definição da nova missão institucional da empresa, que se propõe a “promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da Agroecologia², através de ações de assistência técnica e extensão rural e mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida” (CAPORAL & COSTABEBER, 2000).

Como se pode depreender da definição, o uso de metodologias participativas tem profunda relação com a missão institucional da empresa, que vem empreendendo um amplo processo de debates e ações acerca dos temas da agroecologia, sustentabilidade e desenvolvimento. A nova missão, construída em um contexto de mobilização e debate da sociedade civil acerca destes temas, apresenta como um dos principais desafios a proposta de mudança nas práticas de trabalho da extensão rural, visando superar o modelo difusionista e homogeneizador da Revolução Verde, e propondo formas mais dialógicas e participativas.

Neste trabalho, procurarei discutir os desdobramentos, impactos e limites das metodologias participativas enquanto instrumentos de construção de planos de desenvolvimento local. Para melhor sistematização do assunto, dividi o trabalho em três momentos. No primeiro, procuro introduzir o tema das metodologias participativas no contexto do debate mais geral sobre desenvolvimento sustentável. A seguir, busco descrever como estas metodologias estão sendo desenvolvidas na região de Santa Rosa, e mais especificamente, nas duas comunidades do município de Doutor Maurício Cardoso, a partir de uma construção coletiva entre extensionistas e agricultores. No terceiro momento, procuro analisar alguns impactos e limites destas metodologias.

¹ Do inglês *empowerment*, fortalecimento da capacidade de auto-gestão e co-gestão da comunidade (MATTHÄUS, 1999, p. 12).

² O conceito de agroecologia da missão da empresa não se limita a um conjunto de tecnologias alternativas, mas ao conceito mais geral de HECHT (1989, p. 28), para quem a agroecologia “incorpora idéias mais ambientais e de sentimento social acerca da agricultura, focando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção”. Igualmente, NORGAARD (1989, p. 44) coloca que esta incorporação das dimensões sociais e ambientais na análise dos agroecossistemas faz com que os agroecologistas vejam as pessoas como parte dos sistemas locais em desenvolvimento. Por sua vez, CAPORAL & COSTABEBER (2002, p. 21) afirmam que a agroecologia deve ser entendida como campo de conhecimentos, capaz de fornecer ferramentas de análise entre diferentes formas de produção e suas respectivas lógicas de reprodução social e de apropriação da natureza.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

A atual crise econômica, social e ambiental da humanidade é essencialmente uma crise de percepção (CAPRA, 1996). O risco de colapso ambiental, a crise energética, a falência dos modelos econômicos, a marginalização e a violência podem ser considerados manifestações diferentes desta crise, derivada do fato de se tentar aplicar conceitos de uma visão de mundo obsoleta – a visão mecânica da ciência cartesiana-newtoniana³ – a uma realidade que já não pode ser entendida à luz destes conceitos, que fundamentam os paradigmas científicos dominantes na ciência ocidental. A superação desta crise necessita da busca de novos conhecimentos, mais adaptados às condições sócio-econômicas e culturais das populações locais (CAPORAL, 2002).

LEROY *et al.* (1997) colocam que a sociedade global sofre uma crise de esgotamento de um modelo “ecologicamente depredador, socialmente perverso e politicamente injusto, tanto nacional como internacionalmente”. A situação mundial de crise generalizada, com desemprego, poluição, marginalização, violência, fome e outras mazelas, tem trazido ao mesmo tempo como contraponto a mobilização da sociedade civil organizada, através dos movimentos sociais, ONGs e outras instituições, que tem apresentado novas propostas para a humanidade, com base na solidariedade, no respeito à natureza, na cooperação e na justiça social. Ao mesmo tempo em que se vê ameaçada por colapsos ambientais, energéticos, sociais e econômicos, uma parcela significativa da população tem buscado alternativas a este modelo. Assim, a busca do desenvolvimento sustentável, entendido como luta pela qualidade de vida, passa a ser um dos principais objetivos dos movimentos sociais, ONGs, intelectuais, Igrejas e outras instituições. A construção do desenvolvimento é um projeto alternativo de civilização (LEROY *et al.*, 1997), “que combina elementos de sustentabilidade, autonomia, autosuficiência, solidariedade e de equidade através de um processo democrático e participativo de legitimação das demandas e aspirações sociais de distintos grupos e estratos”.

Vivemos em um mundo globalmente interligado, onde fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são interdependentes. Neste mundo, os valores culturais influenciam continuamente nossas concepções, alterando percepções e induzindo mudanças de valores. Para tentar descrever melhor este mundo, precisamos de uma perspectiva ecológica que a visão de mundo cartesiana não oferece. Como diz CAPRA (1996), “a percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes destes processos)”. YURJEVIC (sem data) diz que o desenvolvimento (rural) humano e agroecológico deve promover a busca de um processo participativo, mobilizando capacidades, recursos e conhecimentos locais, formando atores sociais capazes de melhorar de maneira sustentável a qualidade de vida.

ALTIERI (1998) acredita que “as estratégias baseadas na participação, capacidades e recursos locais aumentam a produtividade enquanto conservam a base dos recursos”. A proposta de construção de um novo mundo, portanto, já não concebe a formulação de receitas prontas, elaboradas em locais distantes das realidades locais, mas passa pelo protagonismo dos atores e atrizes locais, empoderados e conscientes da sua condição de cidadãos capazes de construir o seu desenvolvimento com bases mais sólidas e propostas mais afinadas com a sua realidade. Como afirmam LEROY *et al.* (1997), deveriam haver “critérios de responsabilidade política nas decisões públicas,

³ Visão hegemônica nas ciências ocidentais, com ênfase na objetividade do conhecimento científico, a partir da justaposição estática entre mente e natureza (NORGAARD, op. cit., p. 43), em que o mundo complexo se desagrega em variáveis independentes e em relações de causa/efeito. Para maior esclarecimento, ver CAPRA (1982, p. 49-69).

através da transparência do processo decisório e através da consideração dos interesses difusos da sociedade”. A discussão a respeito do desenvolvimento local surge como contraponto ao modelo de globalização neoliberal, “apontando para um novo papel a ser desempenhado pelos territórios locais a partir de suas potencialidades e identidades” (ZAPATA, 2001). Nas palavras de JARA (1999), “*o desenvolvimento sustentável ... incorpora a diversidade de contextos sociais, buscando soluções específicas para problemas específicos, mediante o exercício do controle democrático na tomada de decisões, ... promovendo respostas participativas e solidárias a uma condição desumana de assuntos societais*” (grifos no original). Como afirma CAPORAL (2002), muito mais do que expor um conceito preciso sobre desenvolvimento sustentável, necessitamos construir saberes que permitam desenvolver de forma participativa processos sustentáveis de exploração da natureza. O conceito de desenvolvimento das pessoas do local pode revelar seu sentimento sobre o que para elas significa esta palavra, como diz um agricultor do município de Dezesseis de Novembro: “o objetivo é se sentir bem onde nós vivemos, cuidando dos solos, da natureza, conscientizando o pessoal”.

Neste contexto, JARA (2000) afirma que “a velha democracia liberal e autoritária, pouco a pouco, vai-se tornando mais participativa, localmente, sob as pressões da vontade popular, dos novos atores e sujeitos anti-sistema, dos fragmentados movimentos sociais, impulsionados pela abertura de espaços de participação e controle social localizados na base da sociedade”. O mesmo autor já colocava em outro momento (JARA, 1999) que, para haver desenvolvimento sustentável, seria necessário que se estabelecesse uma forma de governo que garantisse a participação nas decisões. A busca do desenvolvimento local requer, portanto, a existência de capital social⁴, construído através do estabelecimento de novas relações sociais, baseadas na solidariedade e na cooperação.

A constituição da idéia de comunidade, onde as pessoas exerçam ativamente sua cidadania, é o que faz a diferença entre modelos elitizados e um modelo participativo de desenvolvimento (ROVER, 2001). Segundo JARA (2000), o desenvolvimento local sustentável baseado na democracia participativa demanda uma profunda transformação organizativa, sendo necessário superar o atual cenário de fragmentação social que caracteriza a sociedade civil brasileira. Ainda segundo JARA (1999), “o conceito de desenvolvimento sustentável tem dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais, o que necessariamente traduz várias preocupações: com o presente e o futuro das pessoas; com a produção e o consumo de bens e serviços; com as necessidades básicas de subsistência; com os recursos naturais e o equilíbrio ecossistêmico; com as práticas decisórias e a distribuição do poder e com os valores pessoais e a cultura”.

Os processos de desenvolvimento, porém, no entender de YURJEVIC (sem data), não ocorrem espontaneamente, mas devem ser promovidos por instituições de desenvolvimento e outros atores, que além de promover a formação de profissionais e o conhecimento tecnológico, devem estar capacitados para esta missão, especialmente quanto à facilidade de articular uma rede de atores sociais, promovendo a sincronia das ações que emergem da base da sociedade com as políticas públicas. Por isso, vale ressaltar o que coloca SEVILLA-GUZMÁN (2001), de que o desenvolvimento “endógeno” não é estático e não prescinde do conhecimento externo. Ao contrário, o “endógeno” deve assimilar as influências externas à sua lógica sociocultural.

A extensão rural, como instrumento de construção do desenvolvimento, deveria sofrer uma profunda mudança na sua prática, nos moldes do que CAPORAL (1999) chama de extensão rural agroecológica, definida como “processo de intervenção de

⁴ Conjunto de recursos e poderes locais, baseado em relações de cooperação e confiança (ABRAMOVAY, sem data, p. 6).

caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo".

A extensão rural agroecológica necessita de uma nova forma de percepção da realidade, entendendo que o saber dos extensionistas não é absoluto, devendo respeitar o conhecimento e as culturas locais, partindo de um processo de estudo e compreensão sobre a coevolução entre as pessoas da comunidade e seu ambiente, e a partir desta compreensão buscar a construção de formas de trabalho e a adoção de metodologias que impulsionem processos de desenvolvimento endógeno, buscando o uso sustentável dos recursos naturais (CAPORAL, 2002). Ou seja, "não se pode fazer um desenvolvimento novo com material metodológico velho e vulnerável" (JARA, 1999).

O modelo difusionista da extensão rural passou a sofrer questionamentos tanto no âmbito interno como externo da empresa, principalmente através dos movimentos sociais. Este processo iniciou na década de 1980, ficando conhecido como "repensar da extensão", e que embora não contasse com o apoio institucional da empresa, ensejou a realização de muitas ações em produção de base ecológica, além da luta contra os agrotóxicos e o apoio à luta pela reforma agrária (CAPORAL, 2002). A partir de 1999, em consonância com as demandas dos movimentos sociais para a busca de um novo padrão de desenvolvimento, baseado nos princípios da agroecologia, a EMATER-RS/ASCAR se propôs a uma mudança mais profunda, incorporando os desafios sociais e ambientais surgidos da luta dos movimentos sociais (CAPORAL, 2002). A extensão rural do RS utiliza o termo participação desde a época do "repensar da extensão rural", em meados da década de 1980. No entanto, SCHMINK (1999) adverte que existem diversas concepções sobre o significado de participação, que é específico a cada situação, podendo ou não ensejar o empoderamento das pessoas. No quadro 1, apresenta-se uma "escala" dos diferentes tipos de participação.

Quadro 1. Uma tipologia da participação: como as pessoas participam ou poderiam participar em programas e projetos de desenvolvimento (continua).

Tipologia	Características dos diferentes tipos de participação
1 – Participação manipulada	A participação é simplesmente um engano. Se dá a presença de pseudo representantes das "pessoas" em um espaço oficial, sem que tenham sido eleitas para representá-las. Assim mesmo, estes "representantes" não têm nenhum poder real.
2 – Participação passiva	As pessoas participam na medida que lhes é contado o que foi decidido sem escutá-las ou aquilo que já está sendo realizado. Se trata de um anúncio público unilateral realizado por uma administração ou gerente do projeto para informar aos "participantes".
3 – Participação por consulta	As pessoas participam através de consultas realizadas a elas ou pelas respostas que dão a determinadas perguntas. Agentes externos definem os problemas e as formas de obter informações, controlando, assim, a análise. Tal processo consultivo não permite que a tomada de decisão seja compartilhada. Além disso, os condutores do processo não têm nenhum compromisso no sentido de ter em conta o ponto de vista das pessoas.
4 – Participação por incentivos materiais	As pessoas participam sendo retribuídas com recursos em troca disso. Por exemplo: trabalho em troca de comida, dinheiro, ou outro tipo de incentivo material. No caso da agricultura, os agricultores podem contribuir com os campos de cultivo e seu trabalho, mas não participam na experimentação nem no processo de aprendizagem.

Quadro 1. Continuação.

5 – Participação funcional	É a participação estabelecida por agências externas como um meio para alcançar os objetivos de determinado projeto. Se usa especialmente como um meio para reduzir os custos dos projetos. As pessoas podem participar mediante a formação de grupos para alcançar determinados objetivos relacionados com o projeto. Tal participação pode ser interativa e levar a decisões compartilhadas. Não obstante, tende a ter lugar somente depois que as decisões mais importantes já foram adotadas pelos agentes externos. No pior dos casos, as pessoas podem ser cooptadas somente para servir ao alcance de metas externas.
6 - Participação interativa	As pessoas participam de forma conjunta na análise, desenvolvimento dos planos de ação e na formação e/ou fortalecimento de instituições locais. A participação é vista como um direito e não como um meio para alcançar os objetivos do projeto. O processo envolve metodologias interdisciplinares que adotam múltiplas perspectivas e utilizam processos de aprendizagem sistemáticos e estruturados.
7 – Participação mediante acompanhamento	As pessoas atuam de forma conjunta e com o apoio de organizações externas, que respeitando suas dinâmicas de ação social coletiva, complementam suas carências depois de serem demandadas pelos participantes e mediante processos de aprendizagem coletivos. A seleção de alternativas e as decisões são prerrogativas dos participantes.
8 – Auto-mobilização	As pessoas participam, independentemente de agentes ou instituições externas, adotando iniciativas para mudar o sistema. Elas estabelecem relações com instituições externas para obter os recursos e a assessoria técnica que necessitam, mas mantém o controle sobre como os recursos devem ser utilizados. A auto-mobilização pode se ampliar se os governos ou as ONG's oferecem estruturas de apoio. Esta auto-iniciada mobilização pode estar orientada a desafiar a distribuição de riqueza e poder existentes, ou não participar disso.

Fonte: CAPORAL (1999), adaptado de PRETTY (1995) e GAVENTA (1998).

Segundo CAPORAL (1999), a extensão rural agroecológica deveria se aproximar de um dos três últimos tipos, de forma isolada ou conjunta, apoiando o empoderamento dos atores locais e promovendo a participação como direito. Assim, os extensionistas seriam facilitadores de processos de aprendizagem, a partir da problematização da realidade local com os agricultores, possibilitando o desenvolvimento de ações de busca da sustentabilidade, entendida como uma construção social. CAPORAL & COSTABEBER (1999) apontam que sob esta perspectiva, “a participação popular emerge como um direito e passa a exigir uma nova prática extensionista, uma verdadeira práxis social, que só é possível quando adotamos uma postura democrática e quando realizamos nossa tarefa com base em metodologias e princípios pedagógicos libertadores”. A participação não é um estado fixo, mas um processo em que as pessoas conquistam maiores ou menores graus de participação no processo de desenvolvimento, e o que determina de fato a participação é o grau de decisão que as pessoas possuem no processo, tanto na comunidade como nas relações com instituições externas (GEILFUS, 1997). Segundo LEROY *et. al.* (1997), “a sustentabilidade política do desenvolvimento vincula-se estreitamente ao processo de construção da cidadania e busca garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento”.

O uso de metodologias participativas, valorizando potencialidades locais e resgatando a auto-estima das pessoas, pode ser importante ferramenta para construção de capital social e empoderamento de pessoas historicamente excluídas das decisões políticas. Um agricultor de Guarani das Missões falava que “a auto-estima das pessoas da comunidade aumentou, e elas passaram a ter coragem de se dirigir à Prefeitura e outras entidades para reivindicar melhorias”, o que foi reforçado pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio das Missões, para quem “melhorou a motivação das pessoas para a busca dos desejos”.

Para o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) de Roque Gonzales, o processo de diagnóstico e planejamento está fazendo com que as comunidades se organizem, além de buscarem a construção de consensos. Segundo CAPORAL (1999), “a participação não pode ser um processo parcial ou somente vigente quando uma das partes crê que é necessária. Participação, nesse caso, implica

horizontalidade na comunicação e igualdade nas oportunidades de expressar as opiniões e desenvolver as ações, o que está assentado necessariamente em uma igualitária relação entre os atores envolvidos". O diálogo horizontal entre especialistas e agricultores é a base da construção do saber, a partir de experiências e conhecimentos adquiridos por todos, como uma relação de troca (CORDIOLI, 2001b). Como declara um agricultor assentado de São Luiz Gonzaga, "não há receita pronta, mas tem de se ir construindo".

Participar, no entender de CORDIOLI (2001b), vai muito além de estar presente, significando envolver-se no processo, dar opiniões, concordar, discordar, analisar, propor, decidir, avaliar, enfim, ser elemento integrante. A premissa básica da participação é que os indivíduos sejam sujeitos do processo, com respeito às idéias do grupo e o assumir de responsabilidades. A participação não é somente instrumento de solução de problemas, mas uma necessidade humana de auto-afirmação e de integração social, para criar, realizar, contribuir, sentir-se útil. A participação, enfim, "é uma afirmação de maturidade, de saída da cultura da assistência, clientelismo e de dependência de favores para o exercício da cidadania" (LEROY *et al.*, 1997).

A seguir, enfocarei esta discussão em um contexto mais individualizado da região de Santa Rosa. Tentarei retratar a construção das propostas de utilização de metodologias participativas como instrumentos de promoção da cidadania, cujo objetivo principal é a construção de planos de desenvolvimento local.

1.1. MODERNIZAÇÃO E CRISE DA AGRICULTURA NO NOROESTE DO RS

As transformações ocorridas no mundo após a Segunda Guerra Mundial, a partir dos interesses das nações desenvolvidas, levaram a profundas modificações nos sistemas sociais e econômicos dos países do Terceiro Mundo, que passaram a adotar modelos receitados pelos países ricos, como tentativa de atingir o mesmo padrão de vida urbano-industrial e consumista, considerado na época como o ideal de desenvolvimento a ser atingido pelos países pobres. No mundo rural, o modelo tecnológico da Revolução Verde, fundado no consumo de insumos industriais (agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas e motomecanização) e no crédito rural subsidiado, ao mesmo tempo que levou a um aumento considerável da produtividade agrícola, trouxe também profundas modificações sociais, econômicas e ambientais, gerando desemprego, concentração fundiária, êxodo rural, empobrecimento, envelhecimento e masculinização da população rural, poluição e contaminação ambiental (PAULUS, 1999).

A região Noroeste do RS é uma das regiões do Brasil que sofreu uma das maiores transformações em seus agroecossistemas a partir da Revolução Verde e, em consequência é uma das regiões que mais tem sofrido os impactos negativos dessas mudanças. Até o início do século XX, a região era dominada por florestas e campos nativos, sendo habitada pelos chamados “caboclos”, originários da miscigenação entre indígenas e descendentes de portugueses e espanhóis que haviam lutado na guerra guaraníca e na guerra do Paraguai. Também havia na região os estancieiros nas áreas de campo, geralmente militares que as haviam ganho como recompensa, ou tropeiros paulistas que as requisitavam ao governo para criação de gado.

A partir desta época (1891-1915), começaram a chegar as primeiras famílias de descendentes de alemães, italianos, poloneses, russos, austríacos e suecos, vindos das “colônias velhas” (regiões da Serra e vales do Caí e Taquari), que haviam sido povoadas ainda no século XIX. A colonização da região Noroeste serviu para aliviar a pressão demográfica sobre as terras das “colônias velhas”, e também como estratégia de segurança nacional, através da ocupação dos territórios de fronteira com a Argentina.

Nos primórdios da colonização, o sistema social, econômico e cultural na região seguiu o modelo tradicional de colônias utilizado pelos descendentes de europeus. A prioridade era o abastecimento das propriedades, que eram praticamente auto-suficientes em alimentos e insumos para a produção, comprando-se fora da propriedade somente os itens indispensáveis e não possíveis de serem produzidos internamente, como tecidos, café, querosene e implementos agrícolas. Além da produção para consumo, havia a comercialização de madeira nativa para confecção de dormentes para ferrovias, e também a venda de produtos que sobravam na propriedade, como banha, manteiga, feijão e ovos. A comercialização ocorria em comércios locais ou em pequenas cooperativas mistas das localidades. As famílias eram numerosas, pois a capacidade de utilização das terras dependia em grande parte da mão-de-obra familiar disponível. A grande necessidade de mão-de-obra e a existência de laços de cooperação e solidariedade nas comunidades, oportunizava a realização de diversas atividades em grupos, como mutirões de abertura e limpeza de estradas, plantio e colheita de lavouras, trilha de produtos agrícolas e festas e cerimônias religiosas (casamentos e batizados).

Este modo de vida nas colônias perdurou aproximadamente até o início da década de 1970, quando começou o incentivo na região ao desmatamento acelerado e ao cultivo da soja em sistema de monocultura, seguindo as orientações da política agrícola agroexportadora do Governo Federal. A transição do sistema de produção de auto-sustento e comercialização de excedentes para o sistema de monocultura para exportação, teve como principal alavanca o aporte considerável de insumos externos à propriedade (sementes melhoradas, fertilizantes, corretivos, agrotóxicos, mecanização), substituindo o uso dos insumos internos (sementes “crioulas”, adubos orgânicos, tração

animal, mão-de-obra familiar). Outra mudança substancial a partir desta época foi a destruição do sistema de relações sociais de cooperação das comunidades, como afirma um agricultor de Três de Maio, que diz: “Até 1978 os agricultores trabalhavam em mutirão, e quando chegou o maquinário se perdeu isso, cada um fazia por si”. Para esta transformação radical nos sistemas de produção, além do uso da propaganda maciça dos fabricantes de insumos modernos, dois instrumentos foram fundamentais para a implantação do modelo da Revolução Verde. O primeiro, foi o crédito rural subsidiado que incentivou o desmatamento e proporcionou a aquisição facilitada dos insumos modernos; e, o segundo, mas não menos importante, foi o serviço de extensão rural e assistência técnica, prestado por cooperativas de produção e principalmente pela EMATER-RS/ASCAR. O trabalho da extensão rural na época pautou-se pela difusão de pacotes tecnológicos, desconsiderando as especificidades locais (cultura, tradições, condições ambientais) em nome do aumento da produção e produtividade das culturas e criações, criando-se um sistema homogeneizado e dependente, que trouxe sérias consequências econômicas, sociais e ambientais, gerando um contexto de insustentabilidade nas unidades familiares de produção⁵.

A seguir, tentarei esclarecer como evoluiu o debate na região para buscar a superação dessa crise, e os caminhos apontados para esse objetivo.

⁵ Para maiores detalhes sobre este processo, ver MENASCHE (1996, cap. 2, p. 48-90).

1.2. A BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA A CRISE

A região Noroeste do RS encontra-se atualmente bastante prejudicada pela crise do modelo da Revolução Verde, devido à intensa perturbação dos agroecossistemas (desmatamento, erosão do solo, perda da biodiversidade, poluição e contaminação ambiental) e ao empobrecimento generalizado e suas conseqüências (endividamento, êxodo rural, marginalização, inchamento das cidades, desemprego, prostituição). O esgotamento do modelo, a partir das crises do petróleo nas décadas de 1970 e 80, da elevação das taxas de juros, da queda nos preços internacionais da soja e das restrições de créditos e subsídios, levou ao surgimento da luta dos trabalhadores rurais, apoiados por ONGs e Igrejas, buscando superar esta situação, em um primeiro momento com caráter mais reivindicativo, e posteriormente com caráter mais propositivo (MENASCHE, 1996).

Os movimentos sociais passaram, assim, a propor um novo modelo de desenvolvimento, baseado na inclusão social e na preservação dos recursos naturais, apresentando esta proposta como contraponto ao modelo dominante. A busca do desenvolvimento, com seus diversos adjetivos (local, sustentável), tem sido um dos principais embates que se apresentam atualmente na sociedade. Esta discussão ocorre em um contexto de profunda crise mundial, sob todos os aspectos (sociais, econômicos, ambientais e políticos). Ao longo desse intenso debate, tem surgido inúmeros conceitos para tentar definir o que vem a ser desenvolvimento local. Para ROVER (2001), o desenvolvimento local deve contemplar basicamente a melhoria da qualidade de vida, onde haja solidariedade e garantia de sustentabilidade ao longo do tempo, com a promoção da ampla participação das pessoas do local, seja uma comunidade, um município ou uma região. ABRAMOVAY (2001) diz que o “desenvolvimento rural não pode ser alcançado em virtude apenas das dificuldades que hoje enfrentam os grandes centros metropolitanos, mas sim porque uma parte significativa da população rural vai encontrar onde vive o estímulo para construir seu futuro”.

Assim, o entendimento do processo de desenvolvimento parte do princípio de que deve haver necessariamente a participação das pessoas do local, pois não haveria desenvolvimento pleno, compreendido em todas as suas dimensões (sociais, econômicas, ambientais, culturais, espirituais, políticas), sem que as pessoas do local pudessem ser protagonistas do processo, buscando o seu empoderamento. Como disse uma colega da EMATER-RS/ASCAR para os agricultores e agricultoras em um seminário de motivação em uma comunidade, “vocês podem ser os atores e atrizes do filme da vida, não precisam ficar parados assistindo ao filme passar”. Nesse sentido, não se pode esquecer da necessidade de participação e comprometimento de todas as pessoas destes locais, envolvendo também as relações de gênero e geração.

2. CONSTRUINDO ALTERNATIVAS: A BUSCA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas no Brasil raramente tiveram como premissa o estímulo à participação popular na tomada de decisões sobre os rumos que o Estado deve ter para resolver os problemas da sociedade. Somente após a constituição de 1988 teve início um processo de descentralização das decisões, com o incentivo à criação de conselhos municipais, como fóruns de debate e elaboração de políticas públicas, possibilitando a participação da sociedade civil na gestão pública (SOUZA *et. al.*, 1999). Este processo é resultante das pressões realizadas pelos movimentos sociais nas décadas de 1970/80, na busca da redemocratização e da transparência nas políticas públicas (SILVA, 2001).

Neste sentido, ABRAMOVAY (sem data) coloca que no âmbito municipal haveriam melhores possibilidades de controle social pelos cidadãos sobre a vida pública, devido a “uma espécie de transparência social que poderia, em tese, favorecer a ação coletiva”. O planejamento participativo se fundamenta nos princípios da descentralização e no desenvolvimento de ações conjuntas, para o que é necessário o envolvimento de pessoas mobilizadas, motivadas, organizadas e capacitadas (CORDIOLI, 2001b). Mas não é suficiente para as pessoas terem a possibilidade de participar do planejamento, se elas não estiverem envolvidas na realização do diagnóstico de sua situação e na avaliação. Embora se deva reconhecer o avanço significativo com a formação dos CMDRs, responsáveis pela elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRs), o que se verifica na prática é a existência de muitos “conselhos de prefeitos”, que existem para cumprir formalidades na aprovação de programas de governo, não tendo autonomia nem representatividade, e onde muitos conselheiros sequer debatem os assuntos nas suas comunidades, trazendo para as reuniões apenas o seu ponto de vista (ABRAMOVAY, 2001). Conforme trabalho do IBASE (sem data), a simples realização de reuniões e consultas às comunidades não garante que as decisões sejam resultantes de processos verdadeiramente participativos, servindo muitas vezes apenas para referendar propostas trazidas pelos técnicos ou dirigentes políticos municipais (ver quadro 1). Neste sentido, um agricultor do município de Porto Vera Cruz coloca que “não adianta a EMATER trazer coisas que não interessam pra comunidade”, o que é corroborado pela extensionista do município, de que é preciso “direcionar o trabalho de acordo com as necessidades e expectativas da comunidade”.

De maneira geral, os PMDRs têm forte viés econômico e agrícola, não contemplando as demais dimensões do desenvolvimento (sociais, ambientais, culturais). Esta visão faz com que a maioria dos PMDRs não passem de simples planos de aplicação de recursos. Para ABRAMOVAY (2001), o maior desafio dos CMDRs seria deixarem de ser unidades de recepção de recursos e passar a ser fóruns de reflexão e decisão sobre o destino dos locais. BROSE (2001), nesta mesma linha, coloca que o desafio é que os atores locais sejam capacitados para atender os desejos das comunidades conforme o seu ritmo, potencialidades e demandas, invertendo a lógica verticalizada de intervenção no meio rural. Na verdade, há que se levar em conta que estas outras dimensões do desenvolvimento são tratadas no Brasil através de políticas compensatórias, que além de extremamente onerosas e ineficientes, não permitem a construção da cidadania, mantendo uma relação de paternalismo e assistencialismo. Como afirma MARTINS (1994) a este respeito, assistimos no Brasil a uma “insidiosa disseminação das práticas clientelistas e patrimoniais ... para o estabelecimento de um vínculo de natureza clientelista com os eleitores”.

No contexto deste debate, a extensão rural do RS, que na época da Revolução Verde teve papel fundamental na difusão dos pacotes tecnológicos, juntamente com o sistema bancário e cooperativo, também passou a ser questionada acerca das suas

funções e da sua forma de atuação. O uso de metodologias difusionistas para a adoção de tecnologias homogeneizadoras vinculadas ao crédito rural, teve grande contribuição na implantação do modelo da Revolução Verde. O questionamento que passou a se desenvolver na sociedade também foi internalizado na EMATER-RS/ASCAR, em um processo conhecido nos anos 80 como “repensar da extensão rural”. Nessa reflexão, na qual houve a participação de todos os extensionistas de campo, passou a ser feita uma avaliação das conseqüências adversas dos pacotes tecnológicos, e a proposição de trabalho passou a colocar a necessidade de mudanças na forma de atuação da extensão rural.

Para REIJNTJES *et. al.* (1994), “o desenvolvimento de tecnologias convencionais tende a se organizar em termos de disciplinas, ao invés de o fazer de acordo com o nível de agregação encontrado no estabelecimento agrícola”, e em conseqüência o serviço da extensão rural torna-se frequentemente incompleto, representando apenas a resposta a um problema técnico de uma determinada disciplina, não considerando os demais aspectos do contexto sócio-econômico (reprodução social, sustentabilidade, relações de gênero e geração, viabilidade econômica). Como afirma ABRAMOVAY (2001), o extensionista rural ainda se encontra muito voltado ao planejamento das unidades de produção agropecuária, e pouco para o desenvolvimento do território. Para este autor, talvez o maior desafio para a extensão rural seja fazer com que sua competência técnica e seu comprometimento com a agricultura familiar permita o redirecionamento de sua atuação, de organismo de assistência técnica para organismo de planejamento do desenvolvimento territorial, juntamente com os atores locais.

Assim, passou-se a propor que os extensionistas rurais ouvissem mais os agricultores, ao invés de levarem as propostas prontas para as comunidades e famílias rurais, procurando planejar seu trabalho a partir das demandas das mesmas. No entanto, há que se considerar que a autocrítica e a mudança de postura dos extensionistas não ocorreu imediata e automaticamente a partir desta reflexão. Sem desconsiderar o avanço desta nova forma de trabalhar, a atuação por demandas surgidas das comunidades continuou fazendo com que as respostas continuassem a vir apenas de fora das comunidades, em uma relação tradicional de paternalismo e assistencialismo, não provocando a construção do protagonismo e da cidadania por parte de agricultores e agricultoras na elaboração de seus planos de desenvolvimento.

Na discussão sobre a construção do desenvolvimento rural, elaborada entre sindicalistas, lideranças, agricultores e técnicos, passou-se a discutir a possibilidade de construir uma outra lógica, partindo do interesse e das percepções dos atores locais, elaborando em conjunto o plano de desenvolvimento dos cidadãos (homens, mulheres, idosos, jovens), passando pelos planos de desenvolvimento das famílias, das comunidades e dos municípios. O que se tinha como objetivo era que no andamento deste processo fosse sendo construído o empoderamento destas pessoas, onde as mesmas fossem capazes de tomar atitudes de protagonismo na sua caminhada na busca do desenvolvimento, e onde os técnicos fossem assessores e especialistas para contribuir com esta construção. O desafio colocado, como afirma ABRAMOVAY (sem data), é de se “dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas os protagonistas centrais da construção dos novos territórios”.

BAPTISTA (1999) afirma que “o desenvolvimento deve ser construído por todos e gerenciado coletivamente” em todos os seus processos, como o diagnóstico, a identificação de problemas e potencialidades, a identificação dos atores, a priorização de alternativas, a construção dos planos e a avaliação e replanejamento dos mesmos. Segundo CORDIOLI (2001a), se as pessoas da comunidade não participarem efetivamente dos projetos, haverá pouco comprometimento e identificação com os

mesmos, pois o processo participativo busca, não somente a elaboração de propostas mais ajustadas à realidade local, mas a mudança de atitudes das pessoas, promovendo a cidadania através de sua inserção como sujeitos ativos e não apenas objeto do trabalho de outros. Como afirma GOMES (2001), a participação deve promover a cidadania ativa e não a participação passiva. Esta é a base para a interação e a confiança entre as pessoas, buscando a autogestão dos processos.

Para GEILFUS (1997), o uso de ferramentas participativas pode ensejar, entre vários outros aspectos positivos, o desenvolvimento da auto-estima das pessoas das comunidades, através da valorização dos conhecimentos locais. KUMMER (1999) destaca que são os excluídos da sociedade que precisam de projetos participativos, pois sozinhos não têm poder de barganha e nem liberdade de escolha, e através da participação recuperam a auto-estima, fortalecendo a consciência e redirecionando suas ações. Como declarou um agricultor de Putinga, “o objetivo do trabalho foi conhecer um pouco da nossa história, levantar as potencialidades e saber o que podemos fazer, porque noventa por cento dos sonhos das comunidades não precisam de recursos de fora, mas só da boa vontade das pessoas em fazer as coisas acontecerem”. Outro agricultor, um jovem do município de Sede Nova, diz que “a auto-estima dos jovens da comunidade foi recuperada, com ações como a melhoria do campo de futebol, reerguimento do time de futebol. Quando se fazia uma reunião, só vinha uns dois ou três, e hoje em dia todo mundo participa, a conscientização e a integração da comunidade está muito boa”.

3. O DESAFIO DA EXTENSÃO RURAL: DO DIFUSIONISMO À EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA

A partir do ano de 1997, iniciou-se na EMATER-RS/ASCAR um processo de formação sobre desenvolvimento rural e planejamento municipal, com extensionistas rurais e algumas parcerias (sindicalistas, secretários municipais de agricultura, conselheiros municipais), com duração de quatro semanas. Na primeira semana, era realizado um trabalho de aprofundamento teórico sobre desenvolvimento rural, sustentabilidade, agroecologia e planejamento municipal. Nas outras três semanas, era realizado um trabalho de diagnóstico e planejamento em uma comunidade rural, utilizando-se algumas técnicas ou ferramentas (conhecidas como “metodologia do DRP” - Diagnóstico Rápido Participativo) como leitura da paisagem, elaboração participativa de mapas, reconstrução da história da comunidade, caminhada transversal, estratificação dos tipos de famílias rurais da comunidade (sistemas de produção) e estudo de cadeias de mercado de produtos importantes para a comunidade (ver apêndices, quadros 5 e 6).

A sistemática de diagnóstico obedecia uma lógica sequencial no uso das ferramentas, partindo-se do geral (leitura da paisagem e mapa) para o particular (tipologia das famílias), e retornando para o geral (estudo de cadeias de mercado). A maioria das ferramentas utilizadas era trabalhada através de entrevistas semi-estruturadas, com famílias ou pessoas-chave da comunidade, com exceção do mapa, que era feito com a participação direta de pessoas da comunidade. De posse das informações levantadas nas entrevistas, os extensionistas procediam à sistematização e resumo das informações, preparando uma série de diagramas, mapas e painéis com figuras e desenhos, que eram então apresentadas para a comunidade em um seminário de restituição ou devolução do diagnóstico, na quarta semana do curso. Nesta oportunidade, a comunidade validava o diagnóstico e complementava o mesmo com mais algumas contribuições. Neste evento, também eram apresentados para a comunidade os seus desejos, que haviam sido levantados durante as entrevistas com algumas famílias para a definição da tipologia. Os desejos eram então discutidos na plenária com toda a comunidade, registrando as contribuições em uma matriz de planejamento, colocando-se na mesma os pontos que auxiliavam e atrapalhavam a sua conquista, o que tinha de ser feito para atingi-los, a estratégia a ser utilizada para isto, os responsáveis pela execução da ação e os prazos estabelecidos para que as ações acontecessem. A partir desta inversão do fluxo das demandas, partindo da realidade local, seriam buscados os recursos e os meios para a conquista dos desejos das pessoas, das famílias e das comunidades, através dos diversos meios disponíveis (Prefeitura Municipal, Orçamento Participativo Estadual, Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, programas de governo, recursos próprios).

Após a realização do curso, esperava-se que os extensionistas aplicassem as ferramentas de DRP em seus municípios, trabalhando com a realização de diagnósticos e planejamento nas comunidades rurais, com o objetivo de mais tarde realizar a elaboração dos PMDRs. No entanto, esta estratégia não pôde ser efetivada, por uma série de motivos. Em primeiro lugar, em muitos municípios a proposta não foi bem aceita pelas lideranças (prefeitos, secretários de agricultura, sindicalistas), por entenderem que se perdia muito tempo com esta atividade, o custo era muito elevado, não adiantava planejar se não haviam recursos, seriam criadas muitas expectativas nas comunidades, aumentariam as demandas para as prefeituras, entre outros motivos. Por parte da EMATER-RS/ASCAR, havia também resistência à proposta, pelo tempo que demandava e pela necessidade de um grande contingente de pessoas para realizar as entrevistas e sistematização dos dados, o que entrava em choque com a falta generalizada de tempo das equipes municipais, devido ao grande

envolvimento com elaboração e acompanhamento de projetos para programas de governo (PRONAF, RS-Rural) e à falta de pessoal suficiente nas equipes municipais. Em segundo lugar, a avaliação que passou a ser feita entre extensionistas e agricultores após o uso das metodologias, principalmente na microrregião das Missões, apontou que a forma como se realizava o diagnóstico e o planejamento não permitia o empoderamento dos agricultores para o seu processo de desenvolvimento, ou seja, o diagnóstico e o planejamento estavam sendo feitos pelos extensionistas *para* os agricultores, e não *com* os agricultores, o que mantinha a relação de dominação e autoritarismo que vinha sendo criticada desde a época do repensar da extensão rural. Em terceiro lugar, não estava havendo com as pessoas das comunidades uma oportunidade para debater os assuntos que fundamentavam e que deveriam servir como ponto de referência para o uso das metodologias, ou seja, o debate sobre desenvolvimento, sustentabilidade, agroecologia e planejamento municipal. Essas avaliações se aproximam do que é colocado por CHAMBERS (1993), que aponta as limitações dos métodos de diagnóstico e planejamento durante os anos sessenta e setenta, os quais pecavam pela tendenciosidade das informações coletadas nas visitas, além dos altos custos, imprecisões e atrasos nos levantamentos realizados através de entrevistas.

A definição do DRP por CHAMBERS (1993), citada por SOUZA *et. al.* (1999), compreende três eixos principais, quais sejam: a mudança de comportamento e atitudes dos extensionistas, passando de detentores do saber absoluto para uma postura de valorizar e respeitar as idéias dos agricultores; o uso de técnicas de levantamento da realidade local; e o enfoque na participação das pessoas das comunidades, partilhando conhecimentos entre estas e os agentes externos. Quanto ao comportamento destes últimos, GOMES *et. al.* (2001) ressaltam que os mesmos devem ter paciência, humildade, respeito, sensibilidade e honestidade na relação com as pessoas do local, para que se construa uma relação de confiança e de abertura entre as pessoas.

A partir dessa avaliação, passou-se para uma fase de proposição de mudanças nas metodologias e estratégias de atuação com as comunidades, tendo como premissa a idéia de que as mesmas deveriam servir como instrumentos de análise e planejamento da realidade local, e que pudessem ser entendidas e apropriadas pelos agricultores, para que eles as pudessem usar, com assessoria dos extensionistas, para construir os seus planos, que deveriam ter como plano de fundo o desenvolvimento e a sustentabilidade. A discussão com as comunidades sobre desenvolvimento e sustentabilidade passou a ser feita através de seminários de um dia, onde foram trabalhadas diversas formas de motivação e sensibilização, através do uso de figuras para provocar a discussão sobre o processo de percepção (psicologia da Gestalt⁶), mostrando como diferentes pessoas têm diferentes formas de perceber a realidade, a partir de seus valores socialmente construídos, e também procurando mostrar como a visão positivista das ciências ocidentais coloca os aspectos econômicos como hegemônicos, entendendo os aspectos sociais, ambientais e culturais como externalidades.

A seguir, nestes seminários, era trabalhada uma leitura de texto sobre a história da Ilha de Páscoa⁷, a fim de se discutir a questão da sustentabilidade, comparando-se o

⁶ Gestalt (do alemão = forma orgânica), corrente da psicologia que afirma que o todo é mais do que a soma de suas partes, reconhecendo a existência de totalidades indivisíveis como o aspecto chave da percepção. Assim, organismos vivos percebem coisas não em termos de elementos isolados, mas como padrões perceptuais integrados – totalidades significativamente organizadas que exibem qualidades ausentes em suas partes (CAPRA, 1996, p. 42).

⁷ Ver a respeito o capítulo “The lessons of Eastern Island”, da obra de CLIVE PONTING “*A green history of the world: the environment and the collapse of great civilizations*”, Penguin Books, New York, 1991, 407 p.

que ocorreu naquela ilha com a história da comunidade local. Para finalizar o seminário, era feita uma discussão a respeito da transição histórica da agricultura, desde a agricultura tradicional, passando pela etapa de modernização até a proposta de uma agricultura mais sustentável, com a discussão sobre alguns princípios da Agroecologia. De certa maneira, esses seminários serviram como uma espécie de “tratamento de choque” para as comunidades, fazendo-as despertar para uma nova postura frente ao mundo, apontando para os aspectos da sustentabilidade. Nas metodologias de animação e mobilização, conforme afirma TURNES (1997), é fundamental que os facilitadores tenham capacidade de utilizar metodologias que ao mesmo tempo promovam a mobilização e a capacitação, contribuindo para desestabilizar a tradicional tendência ao imobilismo social e ao paternalismo, promovendo o surgimento de novas lideranças e a identificação dos interesses mais comunitários, deixando em segundo plano os interesses mais particulares. Nos seminários, também buscou-se promover a discussão acerca das transformações que ocorrem em um planeta globalizado, procurando compreender as relações da realidade local com o que acontece a nível planetário, nos aspectos econômicos, ambientais e sócio-culturais. Conforme PEIXOTO (1999), as decisões locais precisam considerar aspectos que extrapolam as fronteiras dos municípios, para se compreender as complexas relações de subordinação política e econômica dos países pobres aos países ricos, e suas conseqüências para a população. Em outras palavras, deve-se “pensar globalmente e agir localmente”.

Quanto às metodologias, foram feitas várias mudanças em relação ao formato original. Para isso, buscou-se construir uma proposta que tivesse uma nova “concepção pedagógica aplicada ao *desenvolvimento local*” (ZAPATA, 2001, grifos no original), que se estrutura no “aprender fazendo”, isto é, aprender com os outros, elaborar conjuntamente o conhecimento (CORDIOLI, 2001b), sobre uma aprendizagem ativa, em que as informações e conceitos brotam da realidade concreta das comunidades e das organizações. Esta estratégia tem o foco no processo de desenvolvimento local, e não no processo de apoio, pois este se subordina ao primeiro (ZAPATA, 2001). Assim, organizou-se o trabalho na forma de oficinas, desenvolvendo-se atividades e utilizando-se informações ligadas organicamente à prática cotidiana e à realidade concreta. Numa oficina, o conjunto de participantes passa a ser o elemento mais importante, enquanto em um curso o palestrante é o elemento central (CORDIOLI, 2001b).

Ao invés de entrevistas semi-estruturadas com algumas pessoas das comunidades para a reconstituição da história, isso passou a ser feito de maneira direta em uma reunião plenária, o que permitiu ganhar tempo e tirar dúvidas na hora, além de evitar uma certa “filtragem” de informações pelos extensionistas. A história da comunidade, contada pelas pessoas, ia sendo registrada em uma matriz colocada em painéis (ver apêndices, quadros 3 e 4), constando as transformações ambientais, econômicas, socioculturais, infra-estruturais, as relações de gênero e geração, as crises e outros aspectos relevantes da história da comunidade. Ao final da reunião para contar a história, era feita uma análise com as pessoas sobre as transformações ocorridas, comparando os dias atuais com o passado, principalmente quanto ao aspecto da sustentabilidade. Segundo ABBOT & GUIJT (1999), “uma análise retrospectiva usando histórias orais é particularmente útil para investigar mudanças ambientais”, levantando informações qualitativas sobre o que havia na comunidade em termos de recursos naturais, servindo também para avaliar como e por que as mudanças ocorreram.

A associação de depoimentos orais com elementos gráficos (mapas, perfis de caminhadas) auxiliam as pessoas do local na análise da sua situação (ver apêndices, figuras 1 e 2). Para os agricultores e agricultoras de Esquina Londero, o resgate da

história foi uma experiência bastante proveitosa, o que pode ser constatado pelos relatos: "Conseguimos resgatar coisas importantes que os nossos antepassados construíram e que nós não conhecíamos e isto despertou interesse em continuar a caminhada"; "na reflexão as pessoas resgataram o tipo de agricultor daqueles tempo"; "serviu para conhecer melhor a comunidade especialmente os mais novos"; "resgate da história que nós não conhecia". No município de Três de Maio, o extensionista da EMATER-RS/ASCAR afirmou que a história da comunidade apontou a existência, no passado, de relações de cooperação e solidariedade, que vêm sendo resgatadas e trabalhadas atualmente através de mutirões e trabalhos comunitários ("resgate do sistema antigo, hoje está sendo retomado o trabalho em grupo, o pessoal está animado", nas palavras de um agricultor daquele município), além da busca conjunta de recursos do crédito rural, Orçamento Participativo Estadual e Fundo Municipal de Agropecuária.

As entrevistas para determinar a tipologia das famílias e seus sistemas de produção foram subtraídas, por se entender que a classificação das famílias da comunidade em tipos (sobrevivência, subsistência, de mercado e patronais) é uma abstração feita de fora para dentro, com percepções extremamente fragmentadas, desconsiderando que a agricultura familiar recorre a diversas estratégias para sua reprodução social, comportando-se tanto como unidade de subsistência quanto como unidade que mantém relações com o mercado (GOMES, 2001). Ademais, nestas entrevistas se levantavam os desejos destas famílias, que depois eram utilizados para trabalhar o planejamento, como se os desejos destas fossem comuns às demais famílias da comunidade. Além disso, estes desejos, geralmente, não apontavam para mudanças significativas que remetessem a planos de desenvolvimento das famílias ou das comunidades, ficando mais restritos a questões pontuais. No lugar desta metodologia, foi incluída a técnica do barril, com a qual se levantava em plenária com todas as pessoas da comunidade diversos aspectos das propriedades e da comunidade, relacionados aos ambientes de lavouras, criações, infra-estrutura e recursos naturais (ver apêndices, quadro 9), e, posteriormente, se usava um diagrama de entradas e saídas de recursos (ver apêndices, figura 3), questionando-se a dinâmica de fluxos financeiros, energéticos e de recursos das famílias da comunidade. Esta técnica traz impactos significativos para as pessoas das comunidades, pois em geral o balanço é negativo, com saídas bem maiores que as entradas, e esta situação atual é comparada com a situação que havia no passado, já contada através da história da comunidade. A partir daí, passa-se a perguntar para as pessoas da comunidade responderem em pequenos grupos o que gostariam de fazer para sair desta situação e melhorar sua qualidade de vida, nos mais diversos aspectos (econômicos, sociais, ambientais, culturais), configurando os desejos a serem trabalhados no planejamento (ver apêndices, quadros 7 e 10). Os desejos levantados nos grupos são escritos em tarjetas de cartolina, de forma a garantir a maior participação possível, o anonimato das pessoas e a visualização e registro de todas as idéias produzidas (CORDIOLI, 2001b). A matriz de planejamento dos desejos (ver apêndices, quadros 8 e 11) é trabalhada da mesma forma que nos cursos, com a diferença de que apenas os primeiros desejos são trabalhados com a plenária, e depois a mesma é dividida por grupos de interesse ou de vizinhança, para que eles façam o seu planejamento, permitindo assim maior agilidade no processo, além de aumentar a participação e comprometimento de mais pessoas da comunidade na realização das ações.

Quanto às demais técnicas (mapas, caminhada, estudo de cadeias de mercado), praticamente não aconteceram mudanças, mas a diferença fundamental passou a ser na sistematização dos dados levantados, que ficou a cargo das pessoas das comunidades,

com os extensionistas atuando como assessores e facilitadores do processo de diagnóstico da realidade. Da mesma maneira, o preparo do material para a restituição do diagnóstico para a comunidade passou a ser feito pelas próprias pessoas da comunidade, utilizando-se fotos locais (fotos antigas para ilustrar a história e fotos atuais para ilustrar os mapas e caminhadas). Mais recentemente, foi incluída a técnica do mapa histórico, onde pessoas da comunidade fazem uma espécie de maquete com materiais disponíveis no local (pedras, madeiras, plásticos, vegetais), procurando mostrar como era a comunidade em uma determinada época do passado, quando havia maior sustentabilidade. Após a construção da maquete, uma pessoa registra em papel o que foi mostrado, e isto serve para a comunidade fazer uma análise comparativa com o mapa atual. Segundo ABBOT & GUIJT (1999), os diagramas e mapas ajudam as pessoas do local a compreender de forma mais sistemática as mudanças em seu ambiente.

Além da preparação do material, o próprio seminário de restituição do diagnóstico e do planejamento passou a ser feito por pessoas da comunidade, onde se apresentava o que era levantado através das diversas ferramentas. O material elaborado fica com a comunidade, para ser usado em futuras avaliações e replanejamentos, processo que deve ser realimentado constantemente. Neste processo participativo de diagnóstico e planejamento, é possível às pessoas das comunidades a socialização de informações e análises sobre o agroecossistema local, proporcionando a troca de experiências entre o saber local e o saber perito, permitindo a emergência de possíveis soluções para os problemas locais, o que no entender de WEID (1997) é extremamente interessante, pois a busca de soluções sustentáveis exige conhecimento das dinâmicas dos agroecossistemas locais, não estando dadas a priori. Assim, conforme coloca FORTES (2001), constrói-se e reforça-se o compromisso coletivo, podendo no andar do processo surgirem soluções para pequenos problemas emergentes da discussão, tomando-se iniciativas conjuntas a partir de questões comuns. Como declararam os agricultores de Esquina Londero, "o método foi bom e ajudou a descobrir novos caminhos"; "a dificuldade é que nós éramos acostumados a ver as coisas prontas e este trabalho fez nos comprometer e assumir um compromisso"; "por parte de um bom grupo teve uma boa participação e com o trabalho que foi feito hoje está se tentando organizar e encaminhar algumas alternativas".

Assim, como afirma CHAMBERS (1993), os agricultores são capacitados para fazer suas próprias investigações, compartilhar seus conhecimentos, proceder às suas análises e apresentá-las, planejar e se apropriar dos resultados, enquanto os agentes externos atuam no sentido de aprender, facilitar, catalisar e reunir as pessoas. Na avaliação das metodologias participativas na comunidade de Esquina Londero, os agricultores declararam que o método foi "muito bom, as pessoas botam a cabeça a pensar", "resultado da fase de transição que se vive no momento não é mais pacote pronto o momento é outro". Porém, o papel dos extensionistas não deveria ficar restrito a somente ouvir os agricultores, mas como afirma GARFORTH (1995), poderia ser mais o de facilitar o processo de aprendizagem do que repassar informações, porém sem negar o saber científico; pelo contrário, a extensão agroecológica exige profissionais ainda mais seguros acerca da compreensão científica da agricultura. Com relação ao desenvolvimento de tecnologias alternativas baseados no conhecimento local, GOMES (2001) destaca que não se deve sacralizar o saber tradicional como panacéia para resolver problemas não resolvidos pela ciência, mas sim buscar a integração dos diferentes atores em um processo de construção de conhecimentos complementares. Como ressalta GUIVANT (1997), devemos considerar a "natureza heterogênea dos conhecimentos, resultado de processos de modificação, invenção e reapropriação de outros conhecimentos, num fluxo contínuo", pois "o atualmente conhecido e

classificado como conhecimento tradicional tem estado em diferentes graus de interação com a ciência ocidental moderna, ao menos desde o século XV”.

No quadro 2, CAPORAL (2002) resume algumas diferenças entre a extensão rural convencional e a extensão rural agroecológica.

Quadro 2: Alguns elementos para diferenciar tipos de Extensão Rural.

Indicadores	Extensão rural convencional	Extensão rural agroecológica
Bases teóricas e metodológicas	Teoria da Difusão de Inovações. Conhecimento científico em primeiro lugar.	Desenvolvimento local. Agricultor em primeiro lugar. Resistência dos camponeses.
Principais objetivos	Econômico. Incremento de renda e de bem-estar mediante a transferência de tecnologias. Aumento de produção e produtividade.	Eco-social. Busca de estilos de desenvolvimento social e economicamente equilibrado e ambientalmente sustentável. Melhorar as condições de vida com proteção ao meio ambiente.
Compreensão sobre meio ambiente	Base de recursos a ser explorada para alcançar objetivos de produção e produtividade. Aplicação de técnicas conservacionistas.	Base de recursos que deve ser utilizada adequadamente de forma a alcançar estabilidade nos sistemas agrícolas. Evitar ou diminuir impactos ao ambiente e aos estilos de vida.
Compreensão sobre a agricultura	Aplicação de técnicas e táticas agrícolas. Simplificação e especialização.	Processo produtivo complexo e diversificado, em que ocorre a coevolução das culturas e dos agroecossistemas.
Lógica para a agricultura sustentável	Intensificação verde. Aplicação de tecnologias mais brandas e práticas conservacionistas em sistemas convencionais.	Orientação pelos princípios da agroecologia. Tecnologias e práticas adaptadas a agroecossistemas complexos e às diferentes culturas.
Metodologia	Para transferência de informações e assistência técnica. Participação funcional dos beneficiários.	Para recuperação e síntese do conhecimento local, construção de novos conhecimentos. Investigação - ação participativa.
Comunicação	De cima para baixo. De uma fonte a um receptor.	Diálogo horizontal entre iguais. Estabelecimento de plataformas de negociação. Construir conhecimentos.
Educação	Persuasiva. Educar para a adoção de novas técnicas. Induzir a mudança social conservadora.	Democrática e participativa. Processo dialógico. Aumentar o poder dos agricultores para que decidam.
Papel do agente	Professor. Repassar tecnologias e ensinar práticas. Assistente técnico.	Facilitador. Apoio à busca e identificação de melhores opções e soluções técnicas e não técnicas.

Fonte: PRETTY (1995), citado por CAPORAL (2002).

A extensão rural agroecológica poderia ser comparada ao que ROGERS (1995) chama de “extensão rural de terceira geração”, que trabalha negando tanto as metodologias diretivas e homogeneizadoras do modelo difusionista (primeira geração), como as metodologias reativas de segunda geração (do tipo “o agricultor em primeiro lugar”), pois em ambos os tipos não se promove a interação dos saberes científico e local e tampouco o protagonismo dos agricultores, havendo ou uma relação hierárquica e autoritária no primeiro caso, ou uma relação de paternalismo e assistencialismo no segundo caso. Como sugere CORDIOLI (2001b), o enfoque participativo “não deve ser confundido com um processo ‘basista’, no qual tudo deve surgir do grupo e pouco de quem o orienta” (grifos no original).

Por outro lado, FREIRE (1982) questiona o próprio conceito de extensão, afirmando que o conhecimento não pode ser estendido de uma pessoa para outra, mas pelo contrário, deve brotar da interação-comunicação-compreensão mútua entre agricultores e técnicos, partindo da problematização da realidade local. A problematização é um dos princípios básicos do enfoque participativo (CORDIOLI, 2001a), provocando a reflexão, promovendo a interação, a socialização de experiências e o afloramento de idéias de todos os participantes. Assim, segundo ZAPATA (2001),

“a estratégia de *desenvolvimento local* e seus processos de estruturação e implementação têm como essência a ação pedagógica” (grifos no original). A redescoberta do local aponta para uma nova interpretação do ser, de sua história, de sua projeção e seu papel no futuro da humanidade, e para isso, é necessária uma concepção pedagógica que coloque as pessoas no centro de atenção do desenvolvimento e da sustentabilidade.

A construção de capital social nas comunidades, configurada na existência de uma certa identidade social entre as pessoas e em seu sentimento comunitário de partilhar o mesmo espaço social e as mesmas tradições culturais, poderia ensejar a criação de relações de confiança entre as pessoas da comunidade, o que para ABRAMOVAY (2001) é fundamental, mas não suficiente para alavancar processos de desenvolvimento, pelo risco de fechamento da comunidade em torno de seus laços tradicionais de dominação local. Para a busca do desenvolvimento local, onde esteja presente a conquista dos desejos das novas gerações e as novas demandas da comunidade em geral, haveria que estar presente o estabelecimento de vínculos de relações com o entorno, como o poder público municipal e estadual e os diversos agentes sociais do território (extensionistas, agentes econômicos, assessores).

Após a realização do diagnóstico e planejamento em todas as comunidades, a proposta seria a realização de um seminário municipal para construção do PMDR, onde cada comunidade apresentaria seus desejos, e então se realizaria um debate sobre as principais prioridades para o município, de onde viriam os recursos para a efetivação das prioridades, quais seriam os comprometimentos da Prefeitura, vereadores e outras lideranças com o PMDR, além de outros encaminhamentos. Para melhor compreensão da realidade das comunidades, o seminário municipal seria precedido ou acompanhado da técnica da leitura da paisagem, onde todos os conselheiros municipais e representantes das comunidades fariam uma excursão pelo município, observando diversos aspectos de cada comunidade (solos, relevo, atividades econômicas, habitações, estradas, infra-estrutura, comunicações, etc.). Em alguns pontos estratégicos, os participantes parariam e alguém da comunidade explicaria os principais aspectos, com isso seria possível ter uma visão mais geral do município, para que os conselheiros municipais pudessem estabelecer as prioridades de aplicação de recursos e também se sensibilizarem com a situação das demais comunidades. Assim, seria possível ter um trabalho de diagnóstico e planejamento mais abrangente nos municípios, com a participação dos atores locais, valorizando as suas contribuições e construindo o desenvolvimento local com bases mais sólidas, ou como diz o ditado popular, “com a casa sendo iniciada pelos alicerces, e não pelo telhado”.

4. OS LIMITES DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

O uso de metodologias de diagnóstico da situação local, como o DRP, em que pese a promoção da participação, não têm levado à efetivação de mudanças consistentes e sustentáveis, em que as pessoas do local estejam capacitadas para analisar sua situação, elencar suas prioridades e tomar decisões para a ação visando o desenvolvimento local, segundo SHAH *et. al.* (1993), citado por ABBOT & GUIJT (1999). No entanto, parece que os desejos levantados pelas pessoas nas comunidades começam a apontar na direção da busca da sustentabilidade (ver apêndices, quadros 7 e 10). Conforme depoimentos de um agricultor de Esquina Londero, "na busca da sustentabilidade muitas famílias estão resgatando aos poucos a independência na propriedade", enquanto outro agricultor fala de "mais diálogo, as pessoas estão tentando se organizar e profissionalizar-se, buscando conhecimento uma com a outra, trocando idéias, procurando produzir para ganhar o sustento para sua família".

Porém, algumas limitações das metodologias participativas devem ser apresentadas e discutidas. BROSE (1999a) coloca que "não existem metodologias de desenvolvimento local, muito menos metodologias que sejam participativas. O desenvolvimento local surge do fortalecimento da cidadania ... e de diversos outros fatores. E, principalmente, de decisões políticas das lideranças da comunidade e dos atores sociais envolvidos". Para ele, as metodologias servem tão somente para "apoiar e fortalecer processos decisórios de natureza essencialmente política". CORDIOLI (2001b) levanta alguns limites do enfoque participativo, mais relacionados ao comportamento ou postura das pessoas do que propriamente às metodologias em si. O autor ressalta que o uso de metodologias participativas deve ser realizado quando o contexto sociocultural da comunidade permitir, devendo haver um clima propício para a divisão de poder e responsabilidades.

Neste sentido, GEILFUS (1997) afirma que é fundamental a postura do facilitador, que deve permitir a expressão das mais diferentes idéias, para que estas sejam compartilhadas por todos, possibilitando a construção de consensos e a tomada de decisões conjuntas. Assim, CORDIOLI (2001b) destaca que é preciso querer para poder ser participativo, e que "o enfoque participativo não é um 'método' pronto ..." (grifo no original), mas "muito mais uma ênfase na revisão e adequação dos comportamentos individuais e coletivos, os quais devem estar abertos a constantes modificações, principalmente qualitativas".

Ainda segundo BROSE (1999a), a participação em políticas públicas não é uma dádiva concedida pelas lideranças políticas, mas sim "um espaço a ser ocupado ativamente pela sociedade civil. A participação é resultado de um longo processo de democratização e construção da cidadania que transforma aos poucos a sociedade e o espaço público", onde ocorrem momentos de reflexão, diálogo, conflitos e divergências. Neste sentido, o extensionista de Roque Gonzales coloca que há muita resistência do prefeito e dos vereadores ao processo, por se sentirem ameaçados no seu espaço de poder político.

GEILFUS (1997) destaca que as metodologias participativas são um processo interativo, que não terminam com o início da implementação do que foi planejado, mas requer um constante complemento e ajuste durante todo o processo, de acordo com a necessidade das pessoas e dos projetos. GOMES *et. al.* (2001) alertam que a participação não deve ser buscada como solução para qualquer problema, "mas como processo diferenciado de relacionamento humano" ... "e de construção participada de conhecimento entre agentes externos e grupos sociais...". Como ressaltam NAVES & MAFRA (1999), o uso de metodologias participativas requer uma mudança na postura dos agentes externos, adequando o conhecimento científico ao contexto cultural local.

BROSE (1999b) coloca que o planejamento é "muito mais um processo de negociação, articulação e conflito, que uma seqüência metodológica", o que é reforçado por agricultores da comunidade de Esquina Londero, que dizem que "o processo depende muito mais da comunidade do que das instituições para sair do papel e ir para a prática" e depende de "nós fazer acontecer", o que é reforçado por outros agricultores, que dizem que "na organização as pessoas estão mais solidárias e conscientes", havendo "mais diálogo, há uma busca maior da profissionalização, mais distribuição do conhecimento familiar". O mesmo autor ressalta que não se deve centrar fogo em demasia na etapa de planejamento, que não deve ser buscado como algo perfeito e acabado, dando-se ênfase ao encaminhamento prático de questões mais imediatas e ao alcance da população, sob pena de causar desestímulo às pessoas, que afirmam estarem "cansadas de tanta reunião" e de que "o papel aceita tudo, quero ver funcionar na prática".

Os extensionistas da EMATER-RS/ASCAR de Doutor Maurício Cardoso admitem que aconteceram falhas no processo, ao não se dar continuidade à dinâmica de planejamento na comunidade de Esquina Londero, deixando as pessoas chegarem até a etapa de levantamento de desejos, e não se dando continuidade para a execução de ações e avaliação. Neste sentido, BROSE (1999b) argumenta que o planejamento é um processo de aprendizagem, devendo partir de questões mais simples e exequíveis pela comunidade, para depois se provocar a discussão sobre questões mais complexas e que envolvem dimensões de fora da comunidade. Para isso, é fundamental que periodicamente se tenham avaliações com a comunidade do que foi planejado e realizado, procedendo-se os devidos ajustes nos planos. Para as pessoas da comunidade de Esquina Londero, o planejamento deveria ocorrer através de grupos de interesse ou de vizinhança, sendo muito difícil planejar toda a comunidade, pois através de grupos menores, poderiam ser viabilizadas formas de trabalho mais facilitadas, como a comercialização conjunta de produtos agrícolas.

Já na comunidade de Esquina Mandurim, o planejamento foi trabalhado em pequenos grupos de interesse (ver apêndices, quadro 11), que depois apresentavam em plenária o que havia sido discutido nos grupos, com o que o trabalho teve maior agilidade e despertou mais interesse do que uma discussão em plenária, onde menos pessoas têm oportunidade de se manifestar. Com isso, alguns encaminhamentos tomados pela comunidade foram postos em prática pelas pessoas responsabilizadas, como a questão da caixa d'água e o não fechamento da escola. Ambas as comissões designadas para encaminhar estes desejos obtiveram audiência com o prefeito, entregando abaixo-assinados com as reivindicações da comunidade, e conseguiram evitar o fechamento da escola e também que a Prefeitura colocasse uma nova caixa d'água. Certamente as duas conquistas, por menores que sejam, devem ter causado um grande impacto na comunidade, elevando sua auto-estima e, talvez, ensejando mesmo um processo de empoderamento para a conquista de outros desejos, ainda mais que o contexto de negociação com a Prefeitura não era muito favorável para a comunidade na ocasião, pois o prefeito tinha firmes convicções de fechar a escola e não colocar nova caixa d'água na comunidade.

CARVALHO (2000) alerta para o engodo que pode significar a questão da participação e da descentralização das decisões, que podem servir como estratégia ideológica das classes dominantes para não cederem a pressões por maior equidade e justiça social. Assim, a participação passa a ser sinônimo de libertação, escamoteando o fato de que a dominação de classe se reproduz em todos os meandros da sociedade, inclusive nos processos participativos. Com isso, prossegue o autor, a mitificação da participação esconde o fato de que a população só toma decisões a respeito de políticas

compensatórias, e ainda sob as regras do jogo dos agentes externos, não entrando em discussão a questão da equidade social. Quando o benefício é retirado, a participação termina, e assim fica difícil a construção de consciência política que promova a busca da cidadania, ficando a população prisioneira do paternalismo e do assistencialismo.

No entender de WEID (1997), entender a participação como reconhecimento do poder de decisão dos agricultores parece óbvio, porém deve-se ter clareza que na realidade as relações de poder nas comunidades são na maioria das vezes sutis, enganadoras e perversas, estando presentes nas diversas relações sociais presentes, como as de gênero e geração, as de riqueza e pobreza e as de lideranças emergentes e tradicionais. Os agentes externos à comunidade (extensão rural, ONGs, Estado, Igreja, movimentos sociais) influenciam estas relações, no sentido de mantê-las ou alterá-las, e esta compreensão deve estar presente quando se trabalham planos de desenvolvimento de comunidades. Ainda segundo este autor, “poder formal não é poder real e presença de lideranças não significa necessariamente participação dos liderados”. GUIJT (1999) alerta que o grau de participação de cada pessoa nas comunidades é diferenciado, havendo um envolvimento que oscila desde um grande comprometimento de determinadas pessoas em uma dada situação até uma total apatia em outro momento, dependendo do grau de interesse despertado durante o processo de diagnóstico, planejamento, execução das ações e avaliação. A autora ressalta que devem ser consideradas as diferenças de poder já existentes na comunidade, fruto de situações diferenciadas por aspectos econômicos (ricos e pobres) e sócio-culturais (etnias, religiões, partidos políticos, relações de gênero e geração).

Também é importante ressaltar que o fato de algumas pessoas das comunidades não participarem, ou por serem avessas mesmo a qualquer tipo de participação, ou por serem extremamente inibidas, pode levar ao seu isolamento pela comunidade, muitas vezes excluindo-as de benefícios de políticas oficiais. Nesse sentido, GUIVANT (1997) coloca que o poder, da mesma maneira que o conhecimento, não é uma simples mercadoria que possa ser possuída, acumulada e disponibilizada sem problematização para os outros, a partir da boa vontade de agentes externos que aplicam estratégias participativas em comunidades.

MUTTER (1999) aponta que a verdadeira “inflação” metodológica ora em voga no mundo têm origem no fracasso dos projetos de cooperação internacional, para os quais se avaliou que a falha estava nos procedimentos metodológicos, portanto os métodos participativos seriam a solução mágica para a garantia do sucesso destas políticas internacionais, em geral de caráter compensatório. Nessa proliferação de metodologias, muitas vezes, se esquecem os conteúdos, como se fosse possível a solução de problemas mediante a aplicação de metodologias participativas, que passam a ser um fim em si mesmas. A aplicação mecânica de esquemas teóricos engessa os métodos participativos e contradiz o enfoque de quase todas as metodologias. Se apenas os facilitadores são capazes de aplicar metodologias participativas ao longo do tempo de trabalho em uma comunidade, e as pessoas do local participam sem noção do que podem ou devem participar, então estará sendo negado o princípio da participação. Os métodos também envolvem poder, pois permitem a quem os domina múltiplas possibilidades de manipulação, e, por isso, a discussão metodológica não deve ser divorciada dos conteúdos, mas sim deve ser vista como parte de um processo de conscientização. Como coloca GOMES (1999), “mais do que insistir no projeto direcionado a um grupo que eles serão os formuladores do seu destino, devemos aprender a nos controlar para que não sejamos sempre a direção deste mesmo grupo”.

PINHEIRO *et. al.* (1997a) também apontam outras limitações das metodologias participativas, como a ênfase no método em si e a definição externa das regras do jogo

pelos peritos, além de muitas vezes serem validadas propostas identificadas com os detentores do poder local. Em outro trabalho, PINHEIRO *et. al.* (1997b) enfatizam que em uma perspectiva construtivista, a participação é um processo autônomo, que proporciona condições de troca de experiências e de visões de mundo em uma relação social de cooperação. GOMES (1999) ressalta que métodos sem flexibilidade podem engessar o processo, especialmente se forem considerados os salvadores do enfoque participativo. Para que haja sustentabilidade no processo participativo, segundo MOURA (2001), deve-se ter a compreensão de que participação é construída de maneira processual e sem fórmulas pré-concebidas. Neste sentido, vale relatar a declaração de um agricultor de Putinga, que afirma que “o trabalho despertou o interesse para o trabalho de grupos, dando a todos a oportunidade de participar, expondo seus desejos. O trabalho de grupos evoluiu para a formação de associações de água, de produtores de uva, de agroindústria, de produtores de erva-mate, de jovens”.

MATTHÄUS (1999), citando MOSER (1989), ressalta que há dois enfoques sobre a questão da participação, um deles entendendo a participação como um meio, onde as regras são estabelecidas por agentes externos para aumentar a eficiência de projetos pré-elaborados, onde a participação das pessoas do local se estabelece pela doação em mutirões. O outro enfoque entende a participação como um fim, onde a população local é incentivada a buscar o empoderamento político, construindo contextos de cidadania. Embora fazendo-se esta distinção, prossegue o autor, o que importa é que não se fique na avaliação sobre a participação como um meio ou um fim, mas que se possa analisar se a participação como meio tenha a possibilidade de se transformar na participação como um fim, em um processo de construção da cidadania.

Outro limite às metodologias participativas se encontra no ambiente interno das instituições. MATTHÄUS (1999) afirma que o conflito entre o gerenciamento participativo de programas e a estrutura autoritária interna das instituições pode tornar insustentáveis estes programas.

BROSE (1999b) coloca, enfim, que “as metodologias participativas por si só não resolvem nada”, e muito menos são capazes de “produzir” desenvolvimento, nada mais sendo do que instrumentos para conduzir processos que sofrem a influência de diversas variáveis. CORDIOLI (2001b) destaca que “não existem metodologias que por si só provoquem participação, apenas metodologias mais ou menos propícias à participação”. Os métodos participativos possibilitam a melhor compreensão das dimensões políticas, sociais, econômicas, ambientais e culturais das comunidades e dos municípios, com o que pode-se construir contextos de participação e tomada de decisões que apontem para a busca do desenvolvimento. Neste sentido, o presidente do CMDR de Roque Gonzales afirma que “está havendo o resgate de conhecimentos populares e a vontade política de se realizar as coisas, com o que os próprios conselheiros municipais passam a ter uma visão melhor sobre desenvolvimento, pois entram questões mais abrangentes que a simples melhoria econômica do meio rural, entrando questões como saúde, ambiente e organização política”. LEROY *et. al.* (1997) afirmam que cada experiência local de busca do desenvolvimento possui suas particularidades e é fruto de um conjunto de processos sociais, políticos ambientais e econômicos, que envolvem “diferentes setores que precisam de tempo para se entender, por serem realização de pessoas que vão construindo a sua experiência, por atuarem sobre uma realidade complexa e pretenderem fazer algo novo, por enfrentarem frequentemente interesses poderosos presos ao passado e a interesses particulares”.

Na comunidade de Esquina Londero, a maioria dos desejos levantados não teve uma seqüência de planejamento, avaliação e replanejamento, ficando os mesmos na expectativa do aporte de recursos do Programa RS-Rural (programa do Banco Mundial

e do governo do RS de alívio à pobreza e recuperação ambiental), que na priorização dos desejos havia conquistado a primeira colocação. Por dois anos consecutivos, a comunidade se mobilizou para que o CMDR priorizasse a mesma na destinação destes recursos, no entanto os mesmos foram destinados a outras comunidades consideradas mais carentes. Isso trouxe uma certa frustração à comunidade, inclusive com a desmobilização de lideranças, pois a comunidade julga-se injustiçada pelas políticas públicas, já que sempre foi uma comunidade considerada progressista e pioneira na implantação de mudanças e organização. MATTHÄUS (1999) afirma que as pessoas pobres se organizam não somente em função de suas necessidades, mas na perspectiva de obtenção de incentivos e benefícios. CORDIOLI (2001b) coloca que não se pode pensar que as pessoas estão constantemente empenhadas e motivadas na busca da participação, mas pelo contrário, devem ser buscadas estratégias de motivação que rompam a inércia e a acomodação, onde os agricultores transferem para os técnicos e políticos as responsabilidades de resolução dos seus problemas. Nesse sentido, NAVES & MAFRA (1999) colocam que as metodologias participativas não são as únicas ferramentas de promoção do desenvolvimento, pois isso depende de uma série de outros fatores para se tornar factível, e as metodologias podem revelar aspectos úteis, possibilitando a reconstrução dos cenários locais para a busca de uma melhor qualidade de vida. PEREYRA (2001) destaca este aspecto de aprendizagem horizontal entre agentes externos e pessoas do local, que promova o compromisso a partir do reconhecimento da realidade, onde através do uso de ferramentas metodológicas as pessoas descubram sua identidade, reconheçam sua realidade e aprendam a questionar sobre a mesma para transformá-la. Na comunidade de Esquina Mandurim, onde desde o início do trabalho a comunidade tinha clareza de que não haviam recursos financeiros em jogo, alguns desejos foram conquistados apenas com a organização da comunidade, como a substituição da caixa d'água e o não fechamento da escola, duas questões que não estavam nos planos do prefeito, que teve que recuar frente à mobilização da comunidade.

Para finalizar, em que pese todos os problemas e conflitos ainda existentes sobre o processo participativo, se faz necessário destacar que a utilização destas metodologias na nossa região promoveu uma ampla mobilização das pessoas das comunidades, promovendo a auto-estima e um certo empoderamento para a busca de soluções para seus problemas. Alguns indicadores desta mudança podem ser aferidos pelas próprias declarações das pessoas das comunidades, tanto nas reuniões de avaliação como nos seminários de sistematização de experiências. Outro indicador bastante relevante é a ampliação da participação de agricultores e agricultoras nas assembleias públicas do Orçamento Participativo Estadual, inclusive em municípios de perfil mais urbano, como é o caso de Três de Maio, onde a agricultura ficava sempre como quarta prioridade, e no ano de 2002 foi o tema mais votado pelos participantes da assembleia do Orçamento Participativo, revelando o grau de mobilização social despertado através do processo de diagnóstico e planejamento participativo, onde as pessoas das comunidades passaram a se sentir estimuladas a serem propositoras de políticas públicas.

5. METODOLOGIA UTILIZADA

Para a realização do trabalho, vali-me da bibliografia disponível do curso do CPDA/UFRRJ e da biblioteca da EMATER-RS/ASCAR. Também, tirei proveito dos produtos das reuniões de diagnóstico e planejamento realizadas com os agricultores nas comunidades de Esquina Londero e Esquina Mandurim (mapas, diagramas, fluxogramas, matrizes, etc.). Realizei, ainda, entrevistas com os três colegas da EMATER-RS/ASCAR de Doutor Maurício Cardoso, além de reuniões de avaliação e entrevistas com agricultores e agricultoras da comunidade de Esquina Londero, naquele município, trazendo elementos de análise para o trabalho a partir da percepção dos atores locais envolvidos com metodologias participativas. As sessões de avaliação do trabalho na comunidade seguiram os moldes mesmos das metodologias participativas, com o propósito de averiguar as mudanças provenientes da prática de discussões participativas destas metodologias.

Ainda tive a oportunidade de participar de um Seminário Regional de Avaliação das Experiências em Diagnóstico e Planejamento Participativo, realizado em Santa Rosa com extensionistas rurais e agricultores de quarenta e um, dos quarenta e cinco, municípios da região de Santa Rosa da EMATER-RS/ASCAR, cujos resultados encontram-se nas páginas 41 e 42 dos apêndices. Também participei de um Seminário Estadual com o mesmo propósito, onde foi oportunizada a avaliação dos trabalhos em diagnóstico e planejamento participativo de dez diferentes municípios, das dez regiões da EMATER-RS/ASCAR. E mais, coletei a opinião de agricultores, extensionistas e lideranças municipais sobre esse processo, as quais fazem parte do corpo do texto.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ferramentas participativas não trazem, embutidas em si, um processo democrático, pois a postura das pessoas pode levar à manipulação. Os próprios desejos levantados como sendo de base (comunidade), podem trazer em seu âmago interesses das pessoas detentoras do poder local, dando uma aparência de processo participativo e democrático a uma situação oligárquica de poder. A idealização das metodologias participativas, colocando os métodos como a questão mais importante, também pode ser uma armadilha nesse processo, levando a uma certa “perversão” da participação.

Como todo processo social, a discussão a respeito das metodologias participativas têm diversas concepções, desde uma visão de eficiência dos projetos (visão dos órgãos de ajuda internacional), passando por uma visão de essencialismo, "basismo" ou populismo, sacralizando o que vêm da base, até uma proposta mais emancipatória e de empoderamento das pessoas do local para a construção de sua cidadania.

Na EMATER-RS/ASCAR, a missão aponta para esta última visão, embora se saiba que na empresa existam diferentes concepções políticas a respeito, com a postura e a prática de muitos extensionistas ainda “enquadrada” no método difusionista da Revolução Verde, outros procurando usar métodos participativos para aumentar a eficiência de projetos como o RS-Rural, outros ainda dando ênfase e idealizando o que vem da base.

Assim, entendo que esta discussão é um processo de aprendizagem, que no dia-a-dia vai sendo recriado e reconstruído entre extensionistas e agricultores, no sentido de compreender as relações entre os diversos componentes dos agroecossistemas, especialmente as relações sociais entre as pessoas do local e, destas, com os agentes externos, e de ambos com o ambiente, buscando uma melhor compreensão para um manejo dos agroecossistemas que aponte para a sustentabilidade.

Este não é um processo rápido e nem acabado, pois a compreensão para a transformação da sociedade, de um modelo de exclusão social e degradação ambiental para um modelo de inclusão social e preservação ambiental, passa pela inserção social das pessoas do local na construção de um novo mundo, e não é fácil envolver neste processo pessoas que, historicamente, foram excluídas do debate, sendo meros receptores de políticas compensatórias. E tenho a clareza de que esse é um processo político de disputa de poder, entre os privilegiados da sociedade de classes que sempre foram beneficiados pelas políticas de Estado, e os excluídos que estão tentando construir um novo mundo, baseado em relações de cooperação e solidariedade.

Ao se propor este desafio, sempre houve convicção de que a resistência das pessoas às mudanças traria dificuldades enormes, tanto no ambiente interno da EMATER-RS/ASCAR como na sociedade em geral, e que esse processo seria bastante lento. No entanto, nos surpreende a rapidez na compreensão da proposta por parte das comunidades e os impactos resultantes do processo participativo, tanto no que se refere à participação e empoderamento das pessoas, como nos resultados em termos da busca da sustentabilidade das famílias e comunidades. Arriscaria a dizer que a chave para o fato de acontecerem resultados concretos tem sido a postura dos extensionistas, que passaram a promover espaços de participação para as pessoas das comunidades poderem falar sobre seus problemas, suas angústias e seus sonhos. Coisa que certamente, muitas delas nunca tiveram oportunidade, e que ao se sentirem valorizadas, tiveram sua auto-estima elevada e passaram a se entender como cidadãos, como pessoas no verdadeiro sentido da palavra, tão importantes quanto os intelectuais e cientistas. Como declarou com orgulho um agricultor do município de Crissiumal em um seminário de planejamento na comunidade de Linha Brasil, ao colocar para a comunidade o que tinha sido diagnosticado e planejado, “isto aqui fomos nós que fizemos”.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOT, Joanne & GUIJT, Irene. *Novas visões sobre mudança ambiental: abordagens participativas de monitoramento*. Rio de Janeiro, IIED/AS-PTA, 1999, pp. 20, 59 - 62.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Mimeo, sem local, sem data, pp. 6, 17.
- _____. *Conselhos além dos limites*. Porto Alegre, Secretaria da Agricultura e Abastecimento/EMATER-RS/ASCAR/FETAG-RS/GTZ/PRORENDA, 2001, Série Textos Seleccionados, n. 23, pp. 9-15, 17-25.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1998, p. 33.
- BAPTISTA, Naidison. “Desenvolvimento local: construção e gerenciamento”. Em: CONTAG/MTE/SEFOR/CODEFAT/CUT (1999), *Programa de Formação de Lideranças e Técnicos em Desenvolvimento Local Sustentável – Módulo III*, Brasília, p. 17.
- BROSE, Markus. “Marco conceitual”. Em: BROSE, Markus (1999a). *Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, cap. 1, pp. 55, 65.
- _____. “Quais os limites do enfoque participativo no espaço político municipal? O exemplo de Canguçu/RS”. Em: BROSE, Markus, org. (1999b). *Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: experiências com o enfoque participativo no Brasil e na África Meridional*. Porto Alegre, EMATER-RS/ASCAR, pp. 47-48.
- _____. “Gestão participativa do desenvolvimento rural – GAP”. Em: BROSE, Markus org. (2001). *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre, Tomo Editorial, p. 253.
- CAPORAL, Francisco R. “Em direção à extensão rural do futuro: Caminhos possíveis no Rio Grande do Sul”. Em: BRACAGIOLI NETO, Alberto org. (1999). *Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural*. Porto Alegre, EMATER-RS/ASCAR, pp. 119-165.
- _____. *Recolocando as coisas nos seus devidos lugares: um manifesto em defesa da extensão rural pública e gratuita para a agricultura familiar (texto provisório para debate)*. Porto Alegre, EMATER-RS/ASCAR, 2002, Série Textos Seleccionados, n. 24, Cap. 5, pp. 34-35.
- CAPORAL, Francisco R. & COSTABEBER, José. A. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural*. Porto Alegre, EMATER-RS/ASCAR, 2000, Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 1, n. 1, pp. 30-31.
- _____. *Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável (texto provisório para debate)*. Porto Alegre, EMATER-RS/ASCAR, 2002, Série Programa de Formação Técnica Social da EMATER-RS. Sustentabilidade e Cidadania, Textos, v. 5, p. 21.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo, Editora Cultrix, 1982, pp. 49-69.

_____. *A teia da vida*. São Paulo, Editora Cultrix, 1996, pp. 23 a 25, 42.

CARVALHO, Horacio. M. de. *Ambigüidades e limites da participação social na gestão das políticas públicas compensatórias*. Curitiba, CONTAG/IICA/FAO/PNUD/BANCO MUNDIAL, 2000, III Fórum CONTAG de Cooperação Técnica e Gestão Participativa para o Desenvolvimento Sustentável, pp. 7-12.

CHAMBERS, Robert. “Os diagnósticos participativos de sistemas rurais: passado, presente e futuro”. Em: AS-PTA org. (1993). *Atualização em Agroecologia (AA)*, Rio de Janeiro, n. 24, pp. 16 – 17.

CORDIOLI, Sergio. “Enfoque participativo no trabalho com grupos”. Em: BROSE, Markus org. (2001a), *op. cit.*, pp. 26-27, 34-35.

_____. *Enfoque participativo: um processo de mudança. Conceitos, instrumentos e aplicação prática*. Porto Alegre, Genesis, 2001b, pp. 19-57, 84-85.

FORTES, Alexandre. “O planejamento estratégico situacional e participativo”. Em: BROSE, Markus org. (2001), *op. cit.*, pp. 158-159.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982, 6ª ed., p. 70.

GARFORTH, Chris. “Uma extensão rural sustentável para uma agricultura sustentável – Em busca de novos caminhos”. Em: AS-PTA org. (1995). *Atualização em Agroecologia (AA)*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 7.

GEILFUS, Frans. *80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación*. San Salvador, El Salvador, Prochamate-IICA, 1997, pp. 1-5, 13.

GOMES, João C. C. “As técnicas participativas na pesquisa agrícola: fundamentos teóricos e algumas dificuldades práticas”. Em: BROSE, Markus org. (2001), *op. cit.*, pp. 287-294.

GOMES, Marcos A. O. “Participação e associativismo são caminhos para a inclusão? Uma interpretação do processo da ACAMAR”. Em: BROSE, Markus org. (1999), *op. cit.*, pp. 287-294.

GOMES, Marcos A. O., SOUZA, Alessandro V. A. de, CARVALHO, Ricardo S. de. “Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos socioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários”. Em: BROSE, Markus org. (2001), *op. cit.*, pp. 67-69.

GUIJT, Irene. *Monitoramento participativo: conceitos e ferramentas práticas para a agricultura sustentável*. Rio de Janeiro, IIED/AS-PTA, 1999, p. 17.

- GUIVANT, Julia. *Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável*. Brasília, EMBRAPA, 1997, Cadernos de Ciência e Tecnologia, v. 14, n. 3, set/dez 1997, pp. 417 – 419, 428.
- HECHT, Susanna. B. “A evolução do pensamento agroecológico”. Em: ALTIERI, Miguel A. org. (1989). *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro, AS-PTA, p. 28.
- IBASE. *Avaliação de planos municipais de desenvolvimento rural – PMDRs em quatro estados: ES, MS, PE, SC. Relatório final da avaliação*. Sem local, SAF/MDA/IICA, sem data, Tomo 1 – Conjunto dos quatro estados, p. 71.
- JARA, Carlos J. “Sustentabilidade: uma encruzilhada civilizatória”. Em: BRACAGIOLI NETO, Alberto org. (1999), *op. cit.*, pp. 28, 44 - 45.
- _____. *Desenvolvimento local sustentável e democracia*. Porto Alegre, IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2000 (não publicado), p. 7.
- KUMMER, Lydia. “Experiências no processo de desenvolvimento rural na Bahia”. Em: BROSE, Markus org. (1999), *op. cit.*, p. 76.
- LEROY, Jean-Pierre, MAIA, Katia D. & GUIMARÃES, Roberto P. Brasil século XXI: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92. Em: *Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, FASE, 1997, pp. 30 – 52.
- MARTINS, José de S. *O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo, Editora Hucitec, 1994, cap. 1, p. 42.
- MATTHÄUS, Horst. “Uma revisão de conceitos de auto-gestão e participação com relação a populações de baixa renda. Uma proposta para um referencial analítico”. Em: BROSE, Markus org. (1999), *op. cit.*, pp. 12-21.
- MENASCHE, Renata. *Percepções e projetos: agricultura familiar em mudança – o caso da Região de Santa Rosa, Noroeste do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, UFRRJ/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1996. Dissertação de Mestrado, pp. 10, 48-90, 122-132.
- MOURA, Maria A. S. “Participação: vontade política e perseverança – Um exemplo do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais”. Em: BROSE, Markus org. (1999), *op. cit.*, p. 75.
- MUTTER, Theo. “Perguntas críticas com respeito à inflação metodológica na cooperação internacional”. Em: BROSE, Markus org. (1999), *op. cit.*, pp. 124-133.

- NAVES, Flávia L. & MAFRA, Luiz A. S. “O universo de um assentamento de reforma agrária: compreensão para gestão a partir do diagnóstico rápido participativo”. Em: BROSE, Markus org. (1999), *op. cit.*, pp. 87, 94.
- NORGAARD, Richard. B. “A base epistemológica da agroecologia”. Em: ALTIERI, Miguel A. org. (1989). *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro, AS-PTA, pp. 43-44.
- PAULUS, Gervasio. *Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades de transição*. Florianópolis, UFSC/CCA/Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, 1999. Dissertação de Mestrado, pp. 12-34.
- PEIXOTO, Eugênio. “Para transformar é preciso planejar”. Em: *Programa de Formação de Lideranças e Técnicos em Desenvolvimento Local Sustentável – Módulo III*. Brasília, CONTAG/MTE/SEFOR/CODEFAT/CUT, 1999, p. 17.
- PEREYRA, Eduardo. “Diagnóstico Rápido Económico Participativo – DREP. Uma experiência integradora”. Em: BROSE, Markus org. (2001), *op. cit.*, p. 101.
- PINHEIRO, Sérgio L. G., PEARSON, C. J. & CHAMALA, S. *Enfoque sistêmico, participação e sustentabilidade na agricultura. I: Novos paradigmas para o desenvolvimento rural?* Florianópolis, Revista Agropecuária Catarinense, 1997a, v. 10, n. 1, mar. 1997, pp. 20 - 21.
- _____. *Enfoque sistêmico, participação e sustentabilidade na agricultura. I: Novos paradigmas para o desenvolvimento rural?* Florianópolis, Revista Agropecuária Catarinense, 1997b, v. 10, n. 2, jun. 1997, pp. 14 - 18.
- REIJNTJES, Coen, HAVERKORT, Bertus & WATERS-BAYER, Ann. *Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos*. Rio de Janeiro, AS-PTA/ILEIA, 1994, p. 14.
- ROGERS, Alan. “A extensão rural de terceira geração: em direção a um modelo alternativo”. Em: AS-PTA org. (1993), *op. cit.*, pp. 16 – 17.
- ROVER, Oscar J. “O desenvolvimento pela ótica da rede CEPAGRO de desenvolvimento local sustentável”. Em: BROSE, Markus org. (2001), *op. cit.*, pp. 271 - 276.
- SCHMINK, Marianne. *Marco conceitual sobre gênero e conservação com base comunitária*. Gainesville, Florida, University of Florida/PESACRE, 1999, Estudo de caso n. 1, Abril/1999, p. 5.
- SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. *Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia*. Porto Alegre, 2001, Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, EMATER-RS/ASCAR, v. 2, n. 1, jan/mar 2001, p. 41.
- SILVA, Evanildo B. da. “Orçamento participativo no Brasil: Porto Alegre e Recife”. Em: BROSE, Markus org. (2001), *op. cit.*, p.211.

SOUZA, Alessandro V. A. de, CARVALHO, Ricardo S., BRONZATTO, Luiz A., GONÇALVES, Alexandre & GOMES, Marcos A. O. “Projeto ASSUL em Cabo Verde – MG: análise da implementação de uma proposta participativa de desenvolvimento rural”. Em: BROSE, Markus org. (1999), *op. cit.*, pp. 26-28.

TURNES, Valério. “Metodologia participativa para construção do desenvolvimento local sustentável”. Em: *Desenvolvimento local sustentável baseado na agricultura familiar*. Brasília, CONTAG/MTb/SEFOR/CODEFAT, 1997, p. 22.

WEID, Jean M. von der. *A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil*. Rio de Janeiro, AS-PTA, 1997. Textos para Debate, 57, p. 31 - 37.

YURJEVIC, Andrés. “Marco conceptual para definir un desarrollo de base humano y ecológico”. Em: *Curso de Educación a Distancia sobre Agroecología*. Lima, Peru, PED/CLADES/CIED, sem data, p. 31.

_____. “Un desarrollo rural humano y agroecológico”. Idem, p. 33

ZAPATA, Tania. “A gestão participativa para o desenvolvimento local. Método GESPAR”. Em: BROSE, Markus org. (2001), *op. cit.*, pp. 227, 230-234.

8. APÊNDICES

Quadro 3 – Histórico da comunidade de Esquina Londero.

Ambiental	Sócio/cultural	Econômico	Infra-estrutura	Sustentabilidade	Espaço da mulher	Espaço do jovem	Alimentação	Crises
1940 a 1969								
Mata nativa, banhado, muitos peixes, animais silvestres, água pura, balseiros, pousio.	1940 - chegaram as primeiras famílias; bolão (50/60); time de futebol, festa da padroeira, cooperação - mutirão.	Fumo em corda, cooperativa mista e comércio, venda de lenha p/carvão, dormentes, criação de suínos, alfaiataria, ferraria, moinho, serraria (movida a água), açougue, alambique.	Poucas estradas, meio de transporte zorra, lamparina de banha e/ou querosene, lampião a querosene, 1ª escola – 1946, Igreja – 1949, escola municipal – 1962, atual escola – 1953, salão – 1966.	Sementes caseiras; comprava-se basicamente café, sal, açúcar branco, soda cáustica; farinha no troca-troca; maior consumo de lenha (borralho); arroz/canjica no pilão.	Bastante trabalho (criar filhos, hortas, casa, alimentação).	Ajudava os pais na lavoura; futebol (1955).	Bastante galinha caipira, caça, pesca, carne na banha, queijo, salame, nata, charque, vinho, toucinho, batata-doce, frutas, horta, arroz, feijão, milho.	Seca (1945 – 6 meses); proibição de línguas estrangeiras; falta combustível e sal; enchente – 1946; enchente/neve - morte de animais e destruição (1965).
1970 a 1990								
Desmatamento, destoque, veneno em pó, mecanização, erosão, poluição e diminuição do volume de água (queima da palha).	Associativismo de máquinas.	Soja, cooperativa (Cotrimaio), turismo, mercenaria, leite, crédito rural, fechamento do açougue (1977/1978), "chibo".	Surgimento da luz, balneário, salão e cancha de bochas, campo de futebol, telefone e construção da igreja (1972).	Menor consumo de lenha; sementes, adubos e calcário comprados; alimentos comprados; destruição dos pomares para plantio de soja.	A luta pela igualdade (homem x mulher), conquista de direitos sociais (aposentadoria, auxílio - doença), grupo de bolãozinho, cooperativa, Igreja.	2 grupos de jovens (75 a 78); prática de esportes, mecanização fez sobrar mão-de-obra, saídas para estudos.	Diminuição da horta e pomar, substituição de alimentos caseiros por comprados.	Queda dos preços dos produtos agrícolas – 1980; fechamento da cooperativa (Londero), êxodo rural.
1991 a 2001								
Pouco mato, reflorestamento, melhor conservação do solo, aumento do uso de herbicida (2,4-D), maior nº de pragas, menos inseticida p/soja, lixo tóxico, poluição pelos turistas, aumento da temperatura, águas poluídas na fonte.	Católicos, festa da padroeira, jantar italiano, associativismo de máquinas.	Alambique, aposentadoria, moinho colonial, soja/milho/leite, gado de corte, indústria de vassouras, abelhas, peixes, costureira, horta, artesanato.	Melhoria na comunicação (telefone), agentes de saúde, melhoria das residências, transporte escolar, cancha de bocha sintética.	Insumos e sementes comprados (discussão a partir 87/88 c/85 famílias), alimentos e material de limpeza comprados, remédios caseiros, peixes.	Grupo de senhoras e moças (EMATER), MMTR – STR.	Grupo de jovens (decadência), participação em esportes, saída de jovens p/trabalhar e/ou estudar.	Mel, peixes, açúcar mascavo, melado, alho, pepino, cebola, vinho, vinagre, frutas, leite, queijo, carne, ovos, feijão, arroz, abóbora, polenta, mandioca, batata, schmier.	Alto custo da produção, baixo preço dos produtos, seca, êxodo, crises de relacionamento, importação de produtos agrícolas.

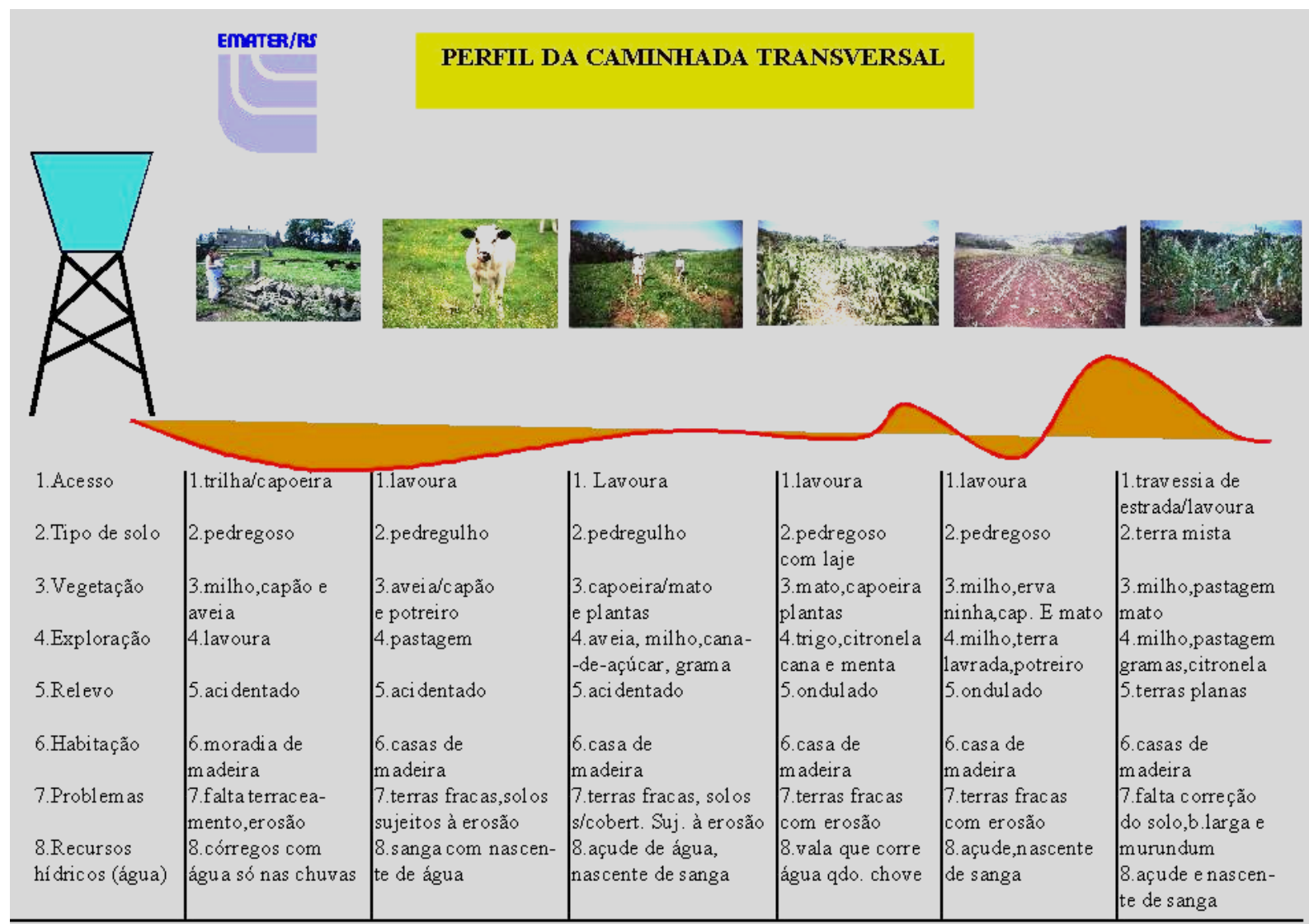
Quadro 4 – Histórico da comunidade de Esquina Mandurim.

Ambiental	Sócio/cultural	Econômico	Infra-estrutura	Sustentabilidade	Espaço da mulher	Espaço do jovem	Alimentação	Crises
1937 a 1970								
Bastante matas, bastante animais, peixes de bom tamanho, água limpa para beber.	Diversão: passear no vizinho; maior integração entre as pessoas, menos inveja, mutirões para trabalho; 1937 – 1ª Igreja Assembléia de Deus.	Pouco comércio, dificuldade para vender os produtos; 1940 - banha, palanque, feijão; surgiram 2 comércios na região – Sander e Pfitscher; 1948 - chegada do trem a Santa Rosa; 1950/70 – suínos.	Picadas, carroças, casas construídas com madeira serrada manualmente, cobertas com tabuinhas; usavam querosene p/ iluminação, consumiam água de fontes e rios, luz de querosene ou banha; 1938 – 1ª escola.	Sementes próprias, troca de sementes c/ vizinhos; adubos: palhas, esterco.	Pouca participação nas decisões.	Caça, pesca, divertiam-se em bailes nas casas das famílias; festas nas comunidades animadas por gaiteiros.	Compram açúcar branco (só para festas), sal e café; mel, feijão, arroz, carne de porco, charque, caça.	1944: gafanhotos; 1940, 1945/1946: estiagem; 1965: neve, grande enchente.
1970 a 1990								
Grande desmatamento, plantio de trigo, queima de palha, erosão do solo.	A partir de 1984 aumento do êxodo rural.	1970 – ascensão da soja e queda do suíno; 1970/85 se plantava bastante trigo; 1970/80 crédito fácil e barato.	Moradia em condições regulares.	Adubo químico, semente híbrida (1968).	A partir de 1980 maior participação tanto comunitária como familiar.	1984 - saída do jovem da agricultura.	A partir de 1965 começou-se a comprar a maior parte da alimentação. A partir de 1980 aumentou e passou a comprar quase tudo.	1978 – estiagem, 1983 – enchente.
Atual								
Rios assoreados, menos fontes de água e maioria poluída, poucos peixes, sem mato nativo, lixos domésticos, agrotóxicos.	Pouca visita de vizinhos, insegurança, ausência de mutirão, falta solidariedade.	Igual período anterior.	Água de poço artesiano.	Sementes compradas e adubos químicos, defensivos químicos.	Participação igual à do homem.	Grupo de jovens, time de futebol.	Igual período anterior.	1991 – enchente, 1995 – estiagem; se compra 80% do que consumimos.

Figura 1 – Mapa da comunidade de Lajeado Mandurim.



Figura 2 – Perfil da caminhada transversal da comunidade de Esquina Londero.



Quadro 5 – Caminhos da produção da soja – Esquina Londero.

Custo de produção de 1 ha de soja						
Produto	Quantidade	Unidade	Custo Empresa (R\$)	Custo Produtor (R\$)	Custo em sc de soja	Custo final
Dessecante	2,5	litros	8,46	9,00	1,27	22,50
Adubo	4	sacos	18,97	19,40	4,38	77,60
Semente	70	kg		24,00	1,90	33,60
Herbicida Scepter	100	gramas	36,66	39,00	2,20	39,00
Inseticida Premerlin	2,5	litros	11,28	12,00	1,69	30,00
Inseticida Dimilin	62	gramas	5,87	6,25	0,35	6,25
Horas	2,5	horas		26,00	3,67	65,00
Colheita e frete	5,85	sacos		103,50	5,85	103,50
Calcário	0,5	toneladas		18,50	1,05	18,50
Mão-de-obra	30	R\$		30,00	1,69	30,00
Juros	8	meses		24,57	1,39	24,57
INSS + cota capital	3,2	%		22,65	1,28	22,65
Totais			81,24	334,87	26,73	473,17
Cálculo baseado em lavoura com média de 40 sc/ha (40 x 17,70)						708,00
				Resultado	234,83	

Custo em sacos de soja

26,73

Resultado em sc de soja

13,26

PARCELAS POR SEGMENTO

SEGMENTO	R\$	Valor agregado	% do custo final
INSUMOS	6,86		22,21
PRODUTOS/SERVIÇOS	4,95		16,02
MARGEM DE LUCRO	5,89		19,07
Valor agregado propriedade		5,59	
Subtotal	17,70		
INTERMEDIÁRIO	1,02		3,33
Subtotal	18,72		
INDÚSTRIA			
Farelo	17,71		
Óleo	8,75		
Casquinha	0,45		
Quebra-técnica	1,34		
Valor agregado indústria		9,53	30,86
Subtotal	28,25		
COMÉRCIO			
Óleo	10,41		
Farelo	19,87		
Casquinha	0,60		
Valor agregado comércio		2,63	8,51
Custo final	30,88		

Quadro 6 – Caminhos da produção do leite – Esquina Londero.

CAMINHOS DA PRODUÇÃO (LEITE)				
Produto	Quantidade	Preço p/kg	Custo final por vaca/dia	Custo litro
Ração	3 kg	0,264	0,792	0,066
Silagem	15 kg	0,029	0,435	0,03625
Pastagem	30 kg	0,015	0,45	0,0375
Medicamentos			0,04	0,0033
Luz/água			0,045	0,00395
Frete	12%		0,36	0,03
INSS + cota capital	3,20%		0,096	0,008
Mão-de-obra	18 min		0,375	0,031
Depreciação				0,01
Total			2,593	0,22605

	Valor	Valor agregado	% custo final
Insumos	0,22605		29,74
Produtor	0,03395		
Valor agregado		0,03395	4,49
Subtotal	0,26		
Intermediário	0,03		
Valor agregado		0,03	3,94
Subtotal	0,29		
Indústria	0,41		
Valor agregado		0,41	53,94
Subtotal	0,7		
Mercado	0,06		
Valor agregado		0,06	7,89
Total	0,76		

Quadro 7 – Priorização de desejos e matriz de planejamento da comunidade de Esquina Londero.

RS-Rural 47	Recuperação do solo 46	Seguro agrícola 18	Melhoria na saúde 13	Assist. veterinária alternativa 12	Planejar a propriedade	Medicina alternativa
Agroecologia 8	Garantia preços mínimos 6	Melhores estradas 6	Produzir alimentação básica 4	Diminuir custos de produção 3	Resgate nossas sementes	Reflorestamento
Usar produtos naturais 2	Cursos: práticas ecológicas 2	Plantas para adubação 1	Resgate conhecimento popular 1	Política agrícola municipal 1	FUNDAGRO	Mais integração

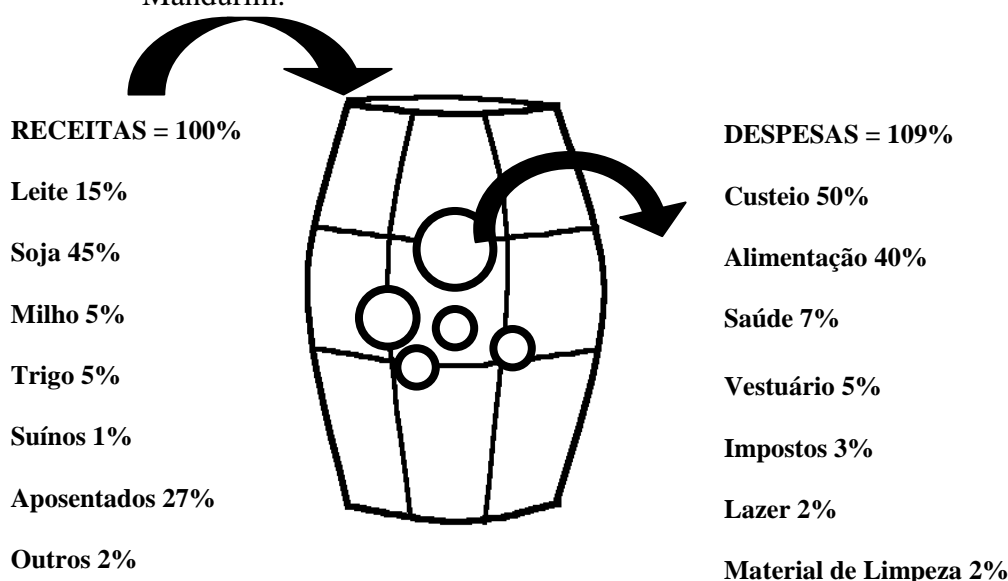
Quadro 8 - Matriz de planejamento da comunidade de Esquina Londero.

Desejos	O que facilita	O que atrapalha	O que fazer	Como fazer	Até quando fazer	Responsável da comunidade
Recuperação do solo	Conservação do solo em microbacias; necessidade de recuperação; necessidade da maioria; existência de linhas de crédito.	Baixa rentabilidade, falta de acesso aos recursos, falta de recursos próprios dos agricultores.	Fazer análise de solo. Formar grupos para crédito. Organizar compras coletivas. Recuperar por partes. Buscar crédito individualmente.	Organização dos interessados. Levantamento dos interessados. Coletar e encaminhar amostras. Levar amostras para a comissão.	Até 30/05/2001. Até 20/05/2001. Até 20/05/2001.	Cada pessoa coleta a sua amostra. Darnes Valmir Vandro Adriani

Quadro 9 – Levantamento de aspectos da comunidade de Esquina Mandurim.

Lavouras	Criações	Propriedade	Ambiente
Trigo, nabo, pipoca, aveia, soja, batatinha, girassol, Tifton, painço, triticale, milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar, ervilhaca, mandioca, batata, azevém, canola, amendoim, fumo, abóbora, vassoura, frutas, pipoca, verduras.	Leite, vaca, junta de bois, bovinos, aves, abelhas, terneiro, peixes, suínos, coelhos, galinhas, pato, aves, cavalo, peru, ovelhas, codorna, cabrito.	Chiqueiro, pulverizador, casas mal conservadas, chiqueiro, estrebaria, luz elétrica, galpão, estrebaria, água, galpão, água encanada, sem-terra, galinheiro, luz, horta, trator, carro, piquete, colheitadeira, pocilga, carrinho-mão, carroça, ensiladeira, garagem, carreta, forrageiro, pomar, semeadeira, trilhadeira, açude.	Rio contaminado, poluição, cemitério, igreja, lixo tóxico, reflorestamento, escola, linha de ônibus, bastante lixo, comunidades, ar poluído, rios, fontes submersas, poucas matas, mato, rios poluídos, erosão, açude, vertentes, poucos animais silvestres, fontes, poço negro, murunduns.

Figura 3 – Método do barril – fluxograma de receitas e despesas da comunidade de Esquina Mandurim.



Quadro 10 - Desejos da comunidade de Esquina Mandurim

Principais desejos	Outros desejos
1º - Recuperação do solo e conscientização. 2º - Não fechamento da escola. Reflorestamento das margens dos rios e fontes. 3º - Habitação no meio rural. 4º - Substituição da caixa de água por fibra. Recursos financeiros para a propriedade. Melhoria nas estradas. Conscientização sobre o uso dos agrotóxicos. Maior acesso à saúde.	Melhoria nos preços dos produtos. Melhoria no cemitério. Continuidade dos encontros da EMATER na comunidade. Extensionista bem animada. Incentivos a novas atividades.

Quadro 11 - Matriz de planejamento da comunidade de Esquina Mandurim.

Desejos	O que facilita	O que atrapalha	O que fazer	Como fazer	Até quando fazer	Responsável da comunidade
Grupo 1						
Recuperação e conservação do solo	Recursos e conscientização das pessoas, mais participação no orçamento participativo.	Desinteresse, juros altos, falta participação no orçamento participativo.	Eleger mais delegados no orçamento participativo.	Ter mais participação e união e trazer apoio de outras comunidades.	Até a próxima eleição do orçamento participativo.	Os delegados eleitos.
Grupo 2						
Habitação no meio rural.	A união entre vizinhos. Existência de recursos. A mão-de-obra.	Descapitalização do Agricultor.	Trazer o RS-Rural para a nossa comunidade.	Se organizar para maior número de delegados.	No início de 2002.	Henrique Schimaniak Arlindo Koslowski Valdemar Perin Valdir Assmann Arnaldo Perin Armi Robe
Grupo 3						
Reflorestamento	Horto florestal. Projeto do município e do Estado.	Nem todos concordam. Falta de conscientização das pessoas.	Conscientizar as pessoas da importância do reflorestamento.	Formar uma comissão para verificar como foi feito nas outras comunidades, para verificar junto à secretaria da Agricultura ou à EMATER sobre os tipos mais recomendados para a região.	A partir de hoje.	Valdemar
Grupo 4						
Recursos financeiros para a propriedade	Temos acesso a vários recursos – PRONAF, PRONAFINHO, RS – Rural.	Há muito individualismo, cada um procura para si; muita burocracia, muita discriminação; não ganha Pronafinho se a mulher tem outro emprego o marido não ganha, não ser sócio dos sindicatos; o Pronafinho forma de pagamento.	Formar grupos e exigir do sindicato uma explicação; o sindicato deveria ouvir os associados e os agricultores; começar a participar mais do sindicato; organizar a comunidade para escolher seus delegados.	Escolher pessoas voluntárias para serem delegados; mobilizar a comunidade para votar em seus representantes e a pessoa que assume dever ser responsável.	Até o início do ano de 2002.	
Grupo 5						
Substituição da caixa d'água	União das pessoas. Existência da caixa d'água.	Formar uma comissão para falar com o Prefeito. Abaixo assinado. Não pagar a taxa até que seja substituída a caixa.	Escolher pessoas do grupo e marcar audiência.	23/08/2001 9:00 h	Inácio Tusset Eliseu Saft Basilio Szymanovski	Marcar reunião com o Prefeito na comunidade.

Sistematização de experiências de DRP na região de Santa Rosa

Seminário de sistematização de experiências de DRS/DRP - Santa Rosa, 18/08/02

Relatório do trabalho de grupos

Pergunta 1: O que resultou de benefícios sociais, organizativos, culturais, econômicos, ambientais e tecnológicos, a partir do DRP/DRS?

Microrregião Santo Ângelo - Santo Ângelo, Caibaté, Eugênio de Castro, Vitória das Missões, São Miguel das Missões:

Participação da família, valorização das pessoas mais idosas, inclusão de famílias pela ATER, aproximação da equipe com produtores, sem RS-Rural pouca participação, novas alternativas de produção, melhorias (saneamento, arredores), planejamento da propriedade, uso de adubação verde.

Microrregião Santa Rosa - Porto Mauá, Tuparendi, Giruá, Senador Salgado Filho, Santa Rosa:

Resgate da história, organização comunitária, reflexão sobre a realidade, auto-estima, produção para subsistência.

Microrregião Santo Cristo – Santo Cristo, Porto Vera Cruz, Porto Lucena, Alecrim, São Paulo das Missões, Campina das Missões, Ubiretama:

Ações de organização e inclusão social, despertar de lideranças, prática da solidariedade, percepção e conscientização das questões ambientais, resgate de práticas agropecuárias e artesanais esquecidas, visualização de perspectivas a partir da própria realidade.

Microrregião Três de Maio - São José do Inhacorá, Nova Candelária, Três de Maio, Dr. Maurício Cardoso, Boa Vista do Buricá, Independência, Alegria, Horizontina:

Conscientização e preocupação com meio ambiente, motivação e organização, aumento da auto-estima, resgate da cidadania, busca do novo modelo sustentável, planejamento da propriedade.

Microrregião Cerro Largo - Roque Gonzales, Porto Xavier, São Pedro do Butiá, Cerro Largo, Guarani das Missões, Sete de Setembro, Salvador das Missões:

Social: dinamização na comunidade - voltaram a sonhar; organização: proporcionou encorajamento de lideranças; cultural: resgate de valores, conhecimentos e costumes; econômico: sustentabilidade; substituição de insumos (externos/internos); ambiental: redução de uso de agroquímicos e erosão, saneamento básico e reflorestamento, preservação de fontes d'água e rios; tecnologia: adequação das técnicas conforme realidade do produtor, a compreensão da tecnologia.

Microrregião São Luiz Gonzaga - São Luiz Gonzaga, Bossoroca, Santo Antônio das Missões, XVI de Novembro, São Nicolau, Rolador, Pirapó, Garruchos:

Melhorou as relações interfamiliares, discussões de novas matrizes de produção, melhoria de infra-estrutura, produção de subsistência, formação de grupos de interesse, mudanças no currículo escolar, resgate histórico e de valores, melhoria ambiental - solo/água/plantas, empoderamento da família rural, surgimento de novas lideranças, maior participação, qualidade nos debates e discussões.

Pergunta 2: Qual a motivação das comunidades/famílias no momento, resultante do DRP/DRS?

Microrregião Santo Ângelo:

Surgimento de agroindústria, resgate história, reflexão local, organização social/cultural, inclusão de novos conselheiros.

Microrregião Santa Rosa

Otimização de recursos, solução de carências, proporciona motivação.

Microrregião Santo Cristo

Passam a ser mais ativos, restabeleceu a credibilidade (em si mesmo, na organização comunitária).

Microrregião Três de Maio

Resgate e valorização dos costumes, motivação existe onde estão sendo realizadas as prioridades, resgate da cidadania.

Microrregião Cerro Largo

Empoderamento das comunidades.

Microrregião São Luiz Gonzaga

Resgate da auto-estima, defesa de suas prioridades.

Pergunta 3: Como vocês avaliam a necessidade de continuar o processo de DRP/DRS, retornando às comunidades, reabrindo o plano da comunidade, avaliando e reprogramando? Qual a necessidade de apoio e assessoria do Escritório Regional?

Microrregião Santo Ângelo:

Há necessidade do retorno às comunidades, que as equipes sejam capacitadas para continuidade.

Microrregião Santa Rosa

Positivo (avaliação/reprogramação), apoio necessário, força de trabalho aquém da necessidade.

Microrregião Santo Cristo

Avaliar o plano anterior e reprogramar, disponibilizar material das experiências bem sucedidas, reciclagem das equipes, estabelecer cronogramas.

Microrregião Três de Maio

Deve ter envolvimento total das parcerias, DRP deve continuar, avaliando, aperfeiçoando, Escritório Regional trazendo subsídios.

Microrregião Cerro Largo

Readequação do plano regional de acordo com os DRPs municipais, construir uma nova proposta de avaliação, apoio de especialistas quando solicitados, reavaliar de forma participativa a matriz de planejamento, ampliando a rede de parcerias.

Microrregião São Luiz Gonzaga

Retomada da avaliação e replanejamento, participação nas fases previstas.
